

Í N D I C E

	PÁG.
I - Introdução	1
II - Gaviões do Oeste - P.I. Mãe Maria (PA) (Aldeia junto à Sede).	
1 - Castanha e Propriedades da Terra	5
2 - Atividades Agrícolas	25
3 - Atividades Pecuárias	29
4 - Atividades na Aldeia	33
5 - Saúde	38
6 - Educação	43
7 - Dados Populacionais	47
Gaviões de Oeste	
III - Aldeia da Ladeira Vermelha	
1 - Introdução (Relação Comunidade/Missionários)	48
2 - Castanha	51
3 - Atividades na Aldeia	
Subsistência - Cerimoniais	53
4 - Saúde	55
5 - Dados Populacionais	57
6 - Relação Membros da Comunidade/Funcionários do Posto/Sociedade Global	58
IV - Surui - P.I. Sororó (PA)	
1 - Introdução	67
2 - Localização atual da Aldeia e Situação Encontrada	68
3 - Propriedade da Terra e Castanha	74
4 - Outras Atividades Econômicas Subsistência	89
a) Agricultura	89
b) Pecuária	90

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

V - Saúde	92
VI - Educação	96
VII - Relação de intercâmbio c/a sociedade envolvente	97

ANEXOS

/lr/hg.

SEGUNDA E ÚLTIMA ETAPA DOS LEVANTAMENTOS PRELIMINARES SOBRE
A SITUAÇÃO ATUAL DOS ÍNDIOS GAVIÕES DE OESTE (P.I. MÃE MARIA) E

E SURUI (P.I. SORORÓ), PARÁ, PARA FINS DE ELABORAÇÃO DOS RES-
PECTIVOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Diante do acelerado desenvolvimento de toda a região do Médio Tocantins, aponta-se a necessidade de elaboração imediata e urgência de execução de um programa de desenvolvimento comunitário junto aos índios que habitam a região - estão incluídos aqui os grupos Gaviões de Oeste, Suruí, Parakanã e Asurini do Trocará. Com este objetivo, realizamos assim a segunda e última etapa dos levantamentos preliminares junto aos índios Gaviões de Oeste do P.I. Mãe Maria e Suruí do P.I. Sororó,¹ no Pará, no período compreendido entre 20 de maio a 20 de julho do corrente ano, através do Convênio USP-FUNAI e com a colaboração do "Campus" Avançado (USP) de Marabá.

A metodologia utilizada foi a observação participante de campo, além de entrevistas exploratórias com diversos membros dos dois grupos. Foram enfatizados principalmente os problemas, interesses e necessidades por eles mesmos apontados, como pontos passíveis de serem solucionados a médio prazo, visando a melhoria de suas respectivas condições de vida e sobrevivência enquanto grupos diferenciados, evitando uma "integração" desordenada numa região onde o processo de desenvolvimento vem avançando desmesuradamente.

¹ O trabalho junto a este grupo esteve, em sua primeira etapa (janeiro e fevereiro de 1975) aos cuidados do Prof. Renato da Silva Queiroz (Antropologia - USP), que por compromissos acadêmicos neste período (maio a julho) ausentou-se temporariamente dos trabalhos de campo, devendo retomá-los num futuro próximo.

Nosso trabalho também abrangeu a continuação de um levantamento de dados etnográficos - sistema de parentesco, atividades econômicas e cerimoniais - necessários tanto para nossos objetivos de elaboração do projeto como para futuros trabalhos a cadêmicos.

Os aspectos abordados serão praticamente os mesmos apontados como relevantes em nosso primeiro relatório, apresentado em março deste ano à Fundação Nacional do Índio e à Universidade de São Paulo, signatários do Convênio firmado em fins de 1974. Os tópicos serão, para os dois grupos visitados - Gaviões e Suruí - praticamente os mesmos, a saber: castanha e propriedade da terra, agricultura, pecuária, saúde (alimentação e higiene) - quanto a estes três últimos aspectos contamos com a co laboração dos agrônomos, veterinários, médicos e dentistas que na época atuaram no CAUSP de Marabá para levantamento jun to aos Gaviões - atividades na aldeia (cerimoniais, etc.), edu cação e relação de intercâmbio com a sociedade envolvente.

Trataremos inicialmente da situação atual dos índios Gaviões das duas aldeias do P.I. Mãe Maria, dando continuidade às observações feitas no princípio deste ano, ocasião de nossa pri meira visita ao grupo, para em seguida passarmos à situação dos Suruí, onde permanecemos durante ~~10~~ dias aproximadamente (início de julho).

Agradecemos à colaboração do Dr. João Paulo Botelho Vieira F^o, da Escola Paulista de Medicina (que nos acompanhou na visita aos Suruí) e do Dr. Walter Labonia F^o, da Faculdade de Medici na da USP, que iniciam o cadastramento clínico dos membros das aldeias Gaviões. Ao Prof. Rubens Andrello, em especial e à Prof.^a Loyola Ferri, ambos da Faculdade de Educação da USP, que tão gentilmente nos forneceram todo o apoio necessário ao

trabalho de campo, durante sua permanência junto à Diretoria do "Campus" Avançado da USP, em Marabá. E também à Regina Maria Rodrigues Giovanetti, da Escola Superior de Agronomia "Iliz de Quatiroz" da USP (Sorocaba), além de Oscar Boiter da Faculdade de Veterinária da USP, pela assistência prestada aos Gaviões durante durante sua atuação junto ao CAUSP.

Neste trabalho, nossos agradecimentos pela colaboração de Saulo Petean e Edí Rodrigues, atuais funcionários do Posto Indígena 'Mãe Maria'.

É necessário ressaltarmos de imediato certas dificuldades que nos foram criadas ao chegarmos em campo. A primeira delas, diz respeito às atitudes do ex-chefe do P. I. Mãe Maria, Sr. Os mundo dos Anjos, que, em nossa ausência soubemos (pelos próprios índios) ter difundido entre os elementos das aldeias Gaviões a imagem de que "toda essa gente que vem aqui para "estudar" e "ajudar" vocês, ganha muito dinheiro com tudo que vocês ensinam". Comentários inescrupulosos deste tipo, feitos pelo ex-funcionário daquele P.I., foram extremamente prejudiciais aos nossos trabalhos (durante os primeiros 20 dias) e ao da linguista, que há quase dois anos vem realizando um levantamento pioneiro entre o grupo. Fomos obrigadas a esclarecer mais uma vez uma série de pontos junto aos índios que, devido a tais atitudes encontravam-se ressentidos, naturalmente.

Após a reconquista da confiança dos índios, indispensável ao nosso trabalho, como se não bastasse, o mesmo ex-funcionário (atualmente em expedição no Rio Cajazeiras) na frente de atração de um grupo Parakanã) tentou criar problemas na 2ª Delegacia Regional de Belém quanto à nossa permanência em campo, alegando então "interferência na vida dos índios". Com isto, aquela Delegacia Regional - que já alegava desconhecimento

dos termos do Convênio USP-FUNAI, bem como de certas normas de trabalho científico de campo em antropologia por nós obedidas - resolve então proibir a nossa permanência na aldeia após as 21 horas, proibição esta que se estendeu durante quase um mês prejudicando extremamente nosso trabalho. Isto considerando principalmente que era início de um ciclo de cerimoniais nas aldeias, os quais não se realizavam há mais de 15 anos (pelo que pudemos estimar) e que, portanto, necessitavam de estudos e documentação.

Todos estes fatos aliavam-se a um outro fundamental ao nosso trabalho: era o final da safra da castanha no P.I., cujos dados nos eram indispensáveis. Por interferência do referido ex-funcionário, a 2ª DR proibiu o chefe do Posto de nos fornecer quaisquer informações.

Todas estas questões foram pessoalmente resolvidas por nós junto àquela Delegacia Regional e assim, só no mês de julho, quando o atual chefe do P.I. Mãe Maria, Sr. Saulo Petean, assumiu o seu cargo efetivamente (com grande atraso em relação à sua nomeação, em março) é que tivemos condições favoráveis de trabalho junto ao grupo.

GAVIÕES DE OESTE - P.I. MÃE MARIA

Aldeia junto à sede do Posto- km 30 da
Rodovia Estadual PA-070

Considerando as diferenças históricas existentes entre os dois grupos de índios Gaviões que habitam atualmente a Reserva de Mãe Maria, já apontadas em relatório anterior (supra mencionado), trataremos primeiramente dos aspectos referentes à aldeia junto à sede do P.I., onde inclusive permanecemos por mais tempo.

CASTANHA E PROPRIEDADE DA TERRA

Como abordamos no relatório apresentado anteriormente, estes dois itens - castanha e propriedade da terra - sempre caminharam juntos em toda a história dos Gaviões, que desde o contato com a sociedade envolvente tiveram a castanha como "personagem central" da esfera econômica de sua vida e dependência em relação à própria sociedade abrangente.

Quanto à situação das terras habitadas pelos índios Gaviões - exatamente área de ocupação histórica do grupo - dispomos de uma cópia do Decreto-Lei nº 4503 de 28 de setembro de 1943, aprovado e assinado pelo Interventor Federal do Estado do Pará, que

"concede de modo definitivo aos índios 'Gaviões' um lote de terras devolutas do Estado, situado no rio Tocantins, no município de Marabá...
Art. 1º com duas léguas de frente por quatro de fundos e limitado na frente pelo travessão das propriedades de marcadas sob as designações de 'Mãe Maria' e 'Jacundá de Cima'; dos lados pelos igarapés Jacundá de Cima e Fleixeiras; nos fundos por uma linha imaginária tirada entre estes dois igarapés". (SIC)

Vemos assim que, a posse da terra que atualmente habitam lhes foi garantida muito antes de serem transferidos para o local, em 1966.

Tivemos a oportunidade de ver, no Arquivo da 2ª DR, uma série de antigos contratos de arrendamento efetuados nesta área a terceiros, para fins de extração da castanha na Reserva de Mãe Maria. Conforme o "Estatuto do Índio" (Lei nº 6001 de 19 de dezembro de 1973),

"As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas", Estatuto do Índio, Título III, Capítulo I, Art. 18.

Cessaram-se desde então os arrendamentos a terceiros efetuados pela própria entidade protetora; no entanto, na Reserva de Mãe Maria, prosseguiu a 'contratação de serviços' de 'civilizados' pela 2ª DR (via funcionários do P.I.) para o trabalho de exploração da castanha dentro da própria área indígena, nos mesmos moldes de arregimentação de mão de obra e regime de trabalho - temporário, sem vínculos empregatícios que vigoram na região, aos quais também estão submetidos os membros das duas aldeias Caviões, uma vez que, segundo os próprios funcionários do Posto (e daquela Delegacia Regional) "os índios da reserva não são em número suficiente para coletar toda a castanha", abundante na área indígena e principal produto da economia regional.

Quanto a esta questão, observemos a legislação específica em vigor:

"Nessas áreas [reservas] é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos,

assim como de atividade agrôpecuária ou extrati-
va" (Estatuto do Índio, Título III, Cap. I, Art.
18, Parágrafo 1º, grifo nosso.)

O que ocorre é que a prática pode ser sancionada, como o é no caso da extração da castanha na Reserva de Mãe Maria, efetuada mediante simples arregimentação de mão de obra regional (por 5 meses aproximadamente ao ano) e contratação pelo próprio chefe de Posto, prática esta que vem se efetuando normalmente há tempo indeterminado naquela área indígena.

O chefe do Posto (referimo-nos aqui ao ex-funcionário supra mencionado) conhece a capacidade de trabalho de certos castanheiros (coletores) "civilizados" da região, que, geralmente os mesmos em todas as safras anuais, vêm procurar trabalho na Reserva Mãe Maria, sempre em turmas (um coletor geralmente sub-aloca a mão de obra de alguns amigos), onde têm a garan-
tia do trabalho temporário, submetidos também ao regime do "barracão".

Vamos à situação real e concreta - a safra deste ano do P.I.
Mãe Maria.

Tomemos o processo de produção desde o início. Por volta de setembro, outubro (fim do 'verão' na região) começam os tra-
balhos de preparação da safra da castanha - chamaremos tra-
balhos 'pré-safra' - ou seja, construção de pontes e mata-bur-
ros, limpeza de 'colocações' (grandes castanhais), caminhos,
estradas e abertura de pastagens (para a tropa de burros dos
tropiciros- ver adiante).

A verba inicial para estes trabalhos pré-safra provém dos
45% do total da renda obtida no ano anterior (com a explora-
ção da castanha) que é redistribuída pelo DGPI, segundo in-
formações obtidas em Belém, para fins de refinanciamento da

produção do ano seguinte (VER ADIANTE, pág.). Aquelas ta-
refas podem ser realizadas pelos próprios índios ou por "ci-
vilizados", a chamado do chefe do Posto.

Em dezembro começam a ser enviadas de Belém para os "barra-
cões" do P.I. (km 30, 25 e 15 da PA-070) pelo caminhão da
2ª DR que fará todo o transporte da safra para Belém, as mer-
cadorias que vão abastecer os trabalhadores durante todo o
tempo da safra ou seja, de dezembro ou janeiro a maio.

Segundo informações obtidas junto ao Delegado Regional, abre-
se em Belém (2ª DR), num período anterior, uma concorrência
pública para os fornecedores destas mercadorias - principal-
mente gêneros alimentícios, instrumentos de trabalho (facões,
etc.) e munição.

Inicia-se nesta época a arregimentação da mão de obra de "ci-
vilizados", regionais (pelos próprios funcionários do P.I.),
que conforme mencionamos opera na categoria de 'contratação
de serviços' mas que na verdade é o próprio trabalho braçal
temporário, sem vínculos empregatícios, submetido ao 'barração',
sistema idêntico ao que vigora em toda a região produtora de
castanha. Segundo este esquema, trabalharam nesta safra apro-
ximadamente 30 (trinta) castanheiros "civilizados", 30 (trin-
ta) índios, 3 tropeiros e 3 fiscais de safra (um deles índio,
pela primeira vez este ano). Estes últimos são os únicos que
recebem remuneração mensal - Cr\$450,00, de dezembro a abril -
pelo trabalho de auxiliar na medição da castanha, vigiar a
mata e carregar o caminhão que transporta o produto até Be-
lém.

Todos estes trabalhadores ficam submetidos ao regime do 'bar-
ração' do Posto para aviamento de mercadorias ("rancho") a
que nos referimos acima - que são 'compradas' do próprio 'pa-
trão', ou seja através dos próprios funcionários do P.I. que

controlam o 'barracão' e dizem vendê-las a preço de custo para os índios, mas não para os "civilizados" sem oferecer alternativas (como comprar em qualquer outro lugar que preferiram).²

Assim, os coletores de castanha - índios e "civilizados" - tropeiros e fiscais abrem uma "conta" de aviamento no 'barracão' do P.I. (dos 3 em funcionamento, dois são mais "ativos" por se encontrarem mais próximos aos castanhais - centros de trabalho - justamente aqueles dos postos de medição dos km 25 e 15), onde funciona um esquema de movimentação desta conta em termos de 'débito' (retirada de aviamento) e 'crédito' (medição e entrega de castanha devidamente cortada e lavada pelo próprio castanheiro).

Estes indivíduos - exceto os fiscais de safra que recebem ao final de cada mês - são pagos quando já apresentam uma produção suficiente e gastos igualmente suficientes para que ao P.I. não falte verba, a qual é solicitada à 2ª DR na medida em que vai sendo necessária. Para isto, não há um critério fixo; às vezes os próprios trabalhadores pedem ao chefe do P.I. para tirar "saldo" quando precisam de dinheiro para comprar algo fora do 'barracão' (como roupas por exemplo), ou acertar dívidas contraídas anteriormente. Assim, quando retiram saldos durante a safra, todos os trabalhadores recebem uma Nota de Aviamento (NA), - um impresso em nome da 2ª DR -

² As mercadorias vendidas nos 'barracões' parecem ser realmente algo mais baratas do que as vendidas em armazéns de Marabá. No entanto, o preço destes bens apresenta uma oscilação durante praticamente toda a safra, ora aumentando ora baixando de preço, fato aparentemente inexplicável. Isto foi observado por nós quanto ao preço do pó de café (1/2 kg) por exemplo, um produto de preço controlado - Cr\$12,00 no início, depois Cr\$14,00, Cr\$13,00 e Cr\$12,00 novamente.

do "rancho" acumulado que vinha sendo tirado até então; outra conta é aberta e assim sucessivamente até o fim da safra.³

Os castanheiros entregam a castanha lavada para ser medida; raramente assistem à medição, trabalho que é realizado pelos fiscais, pelo braçal (funcionário do P.I.), pelos próprios coletores (índios e "civilizados") e tropeiros, que às vezes auxiliam a encher a medida, o "hectolitro" (uma caixa padrão, de madeira). Logo após a medição - realizada para a produção individual de cada trabalhador (exceto para a castanha coletada pelos índios da aldeia da Ladeira Vermelha, que produzem coletivamente) - é geralmente fornecida uma Nota de Produção (NP) nominal para cada trabalhador, tradicionalmente conhecida ^{com} "vale" neste regime de produção - toda a castanha que é entregue corresponde a uma NP. Nesta consta a discriminação da quantidade de hectolitros de "castanha do Brasil" extraída da 'colocação' ... (tal)", o preço unitário pago por hl e o total a receber. Estas NP são assinadas pelo chefe do Posto e pelo trabalhador (coletor ou tropeiro).

Subtraindo o valor de uma NA (onde constam os "ranchos" retirados várias vezes do 'barracão') do valor de algumas NP, eles obtêm o "saldo" a que nos referimos.

³ Durante a safra - de início de fevereiro (quando entraram para os castanhais) a meados de maio, e portanto durante um tempo mais curto do que os "civilizados" que ficam na mata praticamente de janeiro a maio (vide relatório anterior quanto aos "motivos" deste "atraso" neste ano), os índios de Mãe Maria vão retirando "saldos". Este dinheiro, quase sempre pouco - pois no início retiram pouco "rancho" do 'barracão' para que no final da safra obtenham um "saldo bom", como dizem - é gasto principalmente sob a forma de pagamento de pequenas dívidas entre os membros da própria comunidade.

Este esquema de 'barracão' controlado pelo "contratante de serviços" vem funcionando no P.I. Mãe Maria desde que o grupo se transferiu definitivamente para as terras que habitam atualmente.

Assim, foram contratados cerca de 30 castanheiros "civilizados" para trabalhar em Mãe Maria este ano em mais de 20 (vinte) 'colocações' de castanha exclusivamente exploradas pela FUNAI (2ª DR), ou seja, onde trabalham apenas aqueles castanheiros, coletores "civilizados" pagos este ano à razão de Cr\$30,00 por hectolitro de castanha.⁴

Um igual número de indivíduos - 15 índios (homens adultos) da aldeia junto à sede do P.I. (mais algumas mulheres que ajudaram os maridos no trabalho da coleta) mais cerca de 15 índios (homens adultos) da aldeia da Ladeira Vermelha (km 34 da PA-070) também "trabalharam para a FUNAI", como eles mesmos dizem, durante 3 meses e meio aproximadamente (como vem ocorrendo todos os anos) em cerca de 10 'colocações' exclusivamente exploradas por eles, ou seja, onde trabalham apenas castanheiros, coletores índios. Conforme o preço fixado este ano para a "castanha de índio", eles foram pagos à razão de Cr\$35,00 por hl de castanha coletada e lavada por eles mesmos, que geralmente trabalham em 'parceria' nos castanhais (amigos formais).

⁴ É interessante observarmos que no município de Marabá (e em toda a região produtora de castanha onde o esquema é praticamente o mesmo), a remuneração da mão de obra nesta safra foi entre Cr\$15,00 e Cr\$18,00 por hl, para coletores e Cr\$10,00 para tropeiros, sendo que o preço mínimo de venda do produto fixado pela Comissão de Financiamento da Produção, do Banco do Brasil, para este ano foi de Cr\$82,00 por hl para o produtor (proprietário de castanhais). A baixa remuneração da mão

Esta diferença de Cr\$5,00 corresponde apenas ao pagamento da mão de obra, não se justificando assim a argumentação sustentada pelos funcionários da 2ª DR de que "o índio foi o que mais ganhou nesta safra", na medida em que, conforme os dispositivos legais, sendo uma reserva indígena, cabe aos índios

"O usufruto exclusivo das riquezas naturais... existentes nas terras ocupadas por grupos tribais ou comunidades indígenas e nas áreas e eles reservadas", Estatuto do Índio, Título IV, Art. 39, item II.

bem como não integram o Patrimônio Indígena

"... os instrumentos de trabalho e os produtos da lavoura, caça, pesca e coleta ou do trabalho em geral dos silvícolas", Estatuto do Índio, Título IV, Art. 41, item II, grifo nosso.

Ainda quanto à produção mesma, enquanto um momento de todo o processo produtivo da forma como vem funcionando na região, é interessante esclarecermos a questão do trabalho dos tropeiros, como uma outra parte da mão de obra arremontada para o trabalho na safra da castanha no P. I. Mãe Maria.

Na ~~início~~ ^{início} desta safra em Mãe Maria 3 tropeiros de São Félix (povoado próximo na região) "contratados" no mesmo esquema dos coletores, que há alguns anos trabalham para a FUNAI. Mais tarde, um deles saiu porque estava doente (gripe), dizendo então que não poderia mais trabalhar neste ano. Os

(cont.) de obra foi devida nem tanto à baixa do preço da castanha no mercado internacional - quase toda a produção de "castanha do Brasil" se destina à exportação - mas principalmente ao pagamento atrasado à CFP em relação à 1974, quando os grandes produtores alegaram perda parcial da safra devido "às enchentes". Na verdade, houve especulação e a castanha apodrecera nos depósitos à espera de preço. Daí a má remuneração da mão de obra neste ano, quando todos os regionais queriam "trabalhar para a FUNAI" - "foi eles que pagou mais esse ano ^{para}", segundo um castanheiro de São Félix

outros dois continuaram até o final da safra, tempo em que ficaram morando junto ao km 25, assim como os fiscais (local de um dos depósitos e posto de medição de castanha). Cada um possui uma tropa de 5 burros que são alimentados nas pastagens abertas próximas às colocações dentro da área indígena.⁵

Os tropeiros apanham a castanha de cada coletor nos ramais das colocações. Sete latas de querosene (18 litros cada) enchem um saco de estopa - esta é a medida nos castanhais pela qual geralmente os próprios trabalhadores controlam sua produção - que corresponde a um hectolitro no final, i.e. quando entregam o produto no posto de medição oficial do P.I. (km 25). Por hectolitro transportado, os tropeiros recebem Cr\$9,00 que correspondem a um "tombo" - distância mínima entre o ramal da 'colocação' e o posto de medição - jornada que equivale a um dia de trabalho, uma viagem. Na região, conforme mencionamos, a média era em geral de Cr\$10,00 para esta distância. Se superior a 7 km² existem categorias proporcionais de remuneração de 2 e 3 "tombos", respectivamente pagos à Cr\$18,00 e Cr\$27,00 por hl transportado. Esta última categoria constitui uma exceção, pois geralmente os tropeiros são pagos no P.I. Mãe Maria à razão de um "tombo" (dois "tombos" pelo produto vindo das colocações exploradas pelos índios da Ladeira Vermelha).

Todos os trabalhadores "civilizados" sofrem de desconto de Imposto de Renda na fonte (8%) na categoria de "prestação de serviços a terceiros"; os tropeiros, além deste, sofrem um outro desconto sobre frete (3%) pelo trabalho em Mãe Maria.

⁵ No início desta safra, Kokrenim ("capitão" e chefe tribal da aldeia junto à sede do P.I.) era quem vendia o milho para a alimentação dos burros a Cr\$50,00 a saca (60 kg). Este milho era colhido pelos membros da aldeia em geral, que com a renda

Paulatinamente, toda a produção vai sendo escoada pelo caminhão da FUNAI, que transporta o produto até Belém, o mercado da 2ª DR.

Durante a safra há um outro elemento "civilizado" que vem trabalhar junto à sede do P.I. - é um soldado (PM) de Marabá, "contratado" pela 2ª DR para policiar a sede, impedindo a entrada de estranhos nas dependências da aldeia e do Posto. Esta sua função é praticamente preenchida por quaisquer outros funcionários que se encontram mais amíúde no Posto do que ele, que raramente está lá.

O soldado que lá permaneceu este ano (bem como no ano passado) é uma pessoa franzina que apresentava sintomas de malária e outras moléstias, indo constantemente à Marabá para consultas médicas. Além disto, quando se encontra no Posto - numa área em que a caça e a pesca são abundantes nesta época - ele vive durante este tempo tendo garantida a alimentação de sua família (mulher, dois filhos, uma irmã e uma agregada), recebendo o soldo e ainda uma gratificação da 2ª DR pelos "serviços prestados". Após o final da safra, quando é suposto que ele vá embora, o soldado ainda permanecia junto ao P.I., onde começou a criar certos problemas ao chefe do Posto (comentários inescrupulosos, "fofocas"), tendo sido dispensado em fins de junho.

A permanência de um policial junto à sede do P.I. não se mostra necessária para a função específica que tem: impedir a entrada de estranhos naquele local durante o tempo da safra, uma vez que os próprios índios são os primeiros a se alertarem contra isto. Se se fosse realmente procurar uma utilida-

(cont.) obtida compravam alguns gêneros de primeira necessidade, Depois os tropeiros deixaram de comprar o milho dos índios, que passaram a procurar compradores em Marabá.

de para um soldado numa área indígena situada em rica região, sua instalação seria mais racional e proveitosa para a comunidade indígena se fosse num ponto mais 'estratégico' DA reserva, de acesso mais fácil às riquezas naturais (castanha, madeira, etc.) como, por exemplo, ao longo da rodovia que corta a área em toda a sua extensão (18 km).⁶

Desta maneira, foram extraídos nesta safra 4049 hectolitros de castanha da Reserva de Mãe Maria - produção total segundo a medida de Belém, pois como pudemos constatar observando as Notas de Produção fornecidas aos coletores (índios e "civilizados") e tropeiros pelo chefe do Posto, a medida 'in loco' do produto somava 3953 hl, dos quais 2265 hl (=57,2%) extraídos pelos "civilizados" e o restante pelos índios, ou seja 42,8% da produção total. Isto significa que o tradicional (na região produtora) "roubo da cabeça do hectolitro" correspondeu, neste ano, a 96 hl, ou seja, a diferença entre a medição efetuada 'in loco' e aquela de Belém, quando é vendida e que escapa aos produtores.

⁶ Quanto à rodovia estadual, a PA-070, a "estrada da castanha" como é chamada pelos regionais, temos algumas observações a fazer. Como dispõe de sinalização precária e apresenta tráfego crescente de ônibus e caminhões principalmente (é a única via que liga Marabá a Belém, enquanto não estiver pronta a PA-082, que passará a 8 km apenas dos fundos da reserva indígena, atual território de caça - em extinção - dos índios da aldeia junto à sede do P.I.) ela vem oferecendo pe rigo igualmente crescente para os transeuntes - mulheres e crianças da comunidade que se dirigem a um dos pontos mais utilizados do igarapé Mãe Maria, que é exatamente sob a ponte, precisando para isto atravessar a rodovia.

Segundo dados obtidos em Belém junto à 2ª DR, os "custos de produção da castanha são elevados", considerando-se aviamento, mão de obra e transporte. Ainda segundo informações lá obtidas, no ano passado o custo médio (?!) de um hectolitro de "castanha de índio" foi, na região do Rio Tocantins de Cr\$78,00 e na do Rio Xingu de Cr\$81,00 a Cr\$83,00 - aqui mais elevado devido às alegadas "dificuldades de transporte por via fluvial" (cujos custos sabemos ser menores) para que a castanha seja vendida em Belém; se o fosse em Altamira, como queria o então responsável por aquela Base (atual Ajudância) os custos seriam evidentemente mais baixos.

Para que o mercado da produção indígena seja definido conforme os moldes vigentes de venda, em Belém, na 2ª DR - como "intermediária" do escoamento da produção - abre concorrências públicas junto aos exportadores do produto, realizadas nas próprias dependências daquela Delegacia, para lotes de castanha. No início desta safra, a primeira concorrência foi ganha por Benedito Mutran e Cia, para quem foram vendidos os 500 hl iniciais a Cr\$86,00 e mais 500 a Cr\$90,00 por hl. Em meados da safra, abriu-se uma segunda concorrência que foi ganha pela Cia. Industrial do Brasil, de propriedade do Sr. Chamiê, a quem foi vendido o restante da produção indígena de castanha a Cr\$91,00 por hectolitro.

No contrato de venda do produto, firmado entre o comprador e a 2ª DR, consta o seguinte:

x	hl de "Castanha do Brasil, com casca	(preço
.....	a granel (isento de imposto)"....	unitário)
		⋮
		(total)

É importante observarmos aqui que toda esta produção é vendida aos exportadores isenta de tributação, por se tratar de

"produto indígena", conforme os dispositivos legais. No entanto, nem toda a produção é dos índios (vide porcentagens da produção do P.I. Mãe Maria) e, por outro lado, os trabalhadores "civilizados" sofrem descontos na fonte, conforme a pontamos anteriormente.

De acordo com as informações obtidas junto à 2ª DR, a renda líquida obtida nesta transação comercial é enviada ao Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI) em Brasília, onde obedece à seguinte distribuição (que não consta em dispositivos legais existentes):

- 45% devem retornar à comunidade de origem (produtora) em "forma de benefícios mediante projetos prévios";
- 45% se destinam à reaplicação e refinanciamento (produção da safra seguinte);
- 10% restantes - o "dízimo" para o Patrimônio Indígena - um fundo para benefício de outras áreas indígenas, financiamento de outros projetos, etc.

Cabe ressaltarmos aqui o seguinte, conforme a legislação específica em vigor:

"a reaplicação da renda indígena reverterá principalmente em benefício da comunidade que produziu os primeiros resultados econômicos", Estatuto do Índio, Título IV, Art. 43, § 2º.

O mais importante, diante do fato de que o produto do trabalho (coleta) pertence aos índios, há 3 (três) anos, ou seja, desde 1972 (?) que esta renda - os primeiros 45% que, conforme a 2ª DR, devem retornar à comunidade produtora + não volta para os índios do P.I. Mãe Maria sob qualquer forma. Diz-se desde 1972 porque foi a época em que foram terminadas as construções da escola naquele P.I. (que só em julho último veio a funcionar precipitadamente - ver adiante) e da casa de alvenaria do "capitão" do grupo. Ora, não obedecendo a qualquer

projeto prévio,^{se} tal reaplicação da renda indígena revertida "em benefício da comunidade" se apresenta sob a forma de "construções de alvenaria" (desde do P.I., casa do braçal, hospital, escola e casas de "capitães") é evidente que as exigências dos índios passem a ser de "construção de casas boas pra morar" (segundo Kokrenum e supostamente iguais à sua) para toda a comunidade !

Conforme a 2ª DR, "depois de feitos todos os cálculos em Brasília", seria resolvida qual a "comissão" pela produção a ser paga aos chefes Kokrenum e Kinaré (este pela primeira vez este ano), por ocasião do final da safra. A mesma Delegacia Regional havia prometido, no início da safra, que a "comissão" de Kokrenum seria por volta de Cr\$10,00 por hectolitro de castanha extraída em toda a reserva de Mãe Maria, ou seja, uma apropriação do valor do trabalho tanto de castanheiros "civilizados" como dos índios, que corresponderia a Cr\$40.000,00 equivalentes aos 4.000 hl aproximadamente extraídos em toda a reserva nesta safra.

À espera de tal resolução, os referidos "capitães" reclamavam que "seus homens" já haviam recebido e eles ainda não. O que ocorre com isto é que uma "nuvem de fumaça" se lhes apresenta, uma vez que tal medida encobre uma situação real: a reaplicação da verba da castanha, além de haver uma supervalorização dos capitães (quase transformados em "super-capitães", que já não cumprem mais suas funções tradicionais de redistribuição) - que adquirem um prestígio "empresarial" junto ao grupo, algo que lhes é extremamente perturbador. Basta citarmos o caso de Kokrenum e do grupo da aldeia junto à sede do P.I. Como tinham planos de aumentar o rebanho bovino de sua propriedade, os índios resolveram que iam in-

vestir" o dinheiro da castanha na compra de algumas cabeças. Para isto, os solteiros do grupo deram Cr\$ 200,00 cada um e os casados Cr\$100,00. A comunidade entregou este montante (a proximadamente Cr\$2.200,00) ao "capitão", que se encarregou de efetuar a compra, assim que recebesse a sua tão falada "comissão" de onde tiraria o restante para completar o dinheiro. Como até fins de julho nada havia sido resolvido, evidentemente aquele dinheiro foi sendo lentamente gasto na compra de gêneros alimentícios, principalmente, para a família do "capitão" (em cuja casa comem os solteiros do grupo). Toda esta situação estava causando um profundo descontentamento do grupo até então, um embaraço no relacionamento do "capitão" para com os membros da comunidade. O mesmo ocorria com Kinaré, "capitão" da aldeia da Ladeira Vermelha.

Em fins de julho, já cansado de esperar, Kokrenum foi a Belém, disposto a resolver a questão de seu extremo interesse: o prometido pagamento da tal "comissão" pela produção da castanha. No entanto, com a ausência do Delegado Regional (que se encontrava adoentado) nada foi resolvido; disseram-lhe que o dinheiro ainda estava em Brasília e para que ele voltasse à Belém em meados de agosto. Estas "comunicações" lhe vinham sendo feitas de 15 em 15 dias desde meados de maio, final da safra deste ano.

Soubemos recentemente que Kokrenum voltou à Belém em fins de agosto conforme o combinado. Antes disto, um alto funcionário daquela Delegacia Regional havia estado em Marabá, (que conta atualmente com uma Ajudância da FUNAI) e oferecido na ocasião uma quantia de Cr\$2.000,00 a Kokrenum para remediar a situação até que esta se resolvesse definitivamente. O digno "capitão" não aceitou a oferta e foi em seguida à Be-

lém, falar com o próprio Delegado Regional (que lhe havia prometido os Cr\$10,00 por hl.) Ao invés desta quantia (que Kokrenūm já sabia que não seria paga), ele já estava pedindo Cr\$2,50 por hl. Diante disto, a contraoferta feita pelo Delegado Regional foi de Cr\$7.000,00 por toda a produção (o mesmo que lhe foi pago no ano passado), ou seja Cr\$1,75 por hectolitro, alegando que não havia verba. Diante da barganha degradante, ao sair chorando das dependências do gabinete do Delegado, o velho chefe Gavião declarou publicamente naquela Delegacia que "não se tira mais castanha de Mãe Maria, não tem mais castanha, índio não trabalha mais !", tendo se retirado em seguida.

Como vemos, estes acontecimentos vêm dar um desfecho inesperado na situação já bastante grave. Podemos considerá-los como a ruptura de um longo processo de exploração econômica pura e simples, daqueles índios "castanheiros". É o exato momento (transição) de pensarmos numa outra forma de comercialização desta castanha que realmente traga benefícios para a comunidade, que poderá vir a ser feita pelos próprios índios Gaviões, uma vez que eles dispõem do conhecimento de certos mecanismos de mercado, indispensáveis a este tipo de atividade. O que propomos é que os castanhais explorados por eles atualmente venham a sê-lo de modo efetivo, para uma primeira etapa. O mercado, para eles, seria Marabá ao invés de Belém, o que diminui os custos. É possível inclusive que o próprio comprador se encarregue do transporte.

Todas estas questões foram propostas pelos próprios índios, antevendo as possibilidades de concretização de "idéias" antigas. A elaboração destas sugestões será apresentada por nós em breve, no projeto de desenvolvimento comunitário para

o grupo.

Um fator importante que devemos levar em conta é exatamente a maneira como é gasto o saldo final que os índios recebem (individualmente na aldeia junto à sede do P.I. e coletivamente na aldeia da Ladeira Vermelha, obedecendo à maneira como trabalharam), ou seja, qual o nível de consumo destes rendimentos obtidos com o trabalho de coleta da castanha; enfim, qual seria na verdade o grau de dependência deste trabalho em relação às suas necessidades que têm que ser satisfeitas num âmbito fora da aldeia, em matéria de aquisição de bens, duráveis ou não, junto aos núcleos urbanos.

Mediante um levantamento feito junto aos índios, este dinheiro foi gasto da seguinte maneira, neste ano:

- contribuição de toda a aldeia para a compra do gado
- compra de roupas e sapatos
- malas (para guardar a roupa)
- gêneros alimentícios (café, açúcar, sal, óleo, leite em pó para as crianças) e utensílios para a casa (panelas, xícaras, pratos, etc.)
- cartuchos, cigarros
- pagamento de empréstimos feitos entre os próprios membros da comunidade durante a safra
- pagamento de elementos - índios - que ajudaram a cortar castanha (para ajudar aqueles que tirariam pouco saldo - Cr\$15,00 por dia de trabalho, geralmente no final da safra)
- pagamento de contas e prestações em Marabá (compras fiado)
- presentes para a mulher e filhos do "capitão", como "pagamento" pela alimentação que recebem na casa de Kokrenum (principalmente os solteiros)
- prótese dentária - pontes fixas, geralmente incisivos fron-

tais que foram extraídos por falta de assistência dentária, no sentido de tratamentos)

- isqueiro, óculos escuros, rádio, relógio, eletrola, pilhas, discos, cama e colchão, bicicleta, fogão à gás

A posse destes últimos itens, considerados como bens duráveis, é tida como algo que lhes confere 'status', prestígio individual dentro do grupo; a sua aquisição é sempre feita a crédito, em estabelecimentos comerciais de "amigos" em Marabá.

É importante enfatizarmos aqui o papel das mulheres como estimuladoras do consumo junto ao grupo. É sempre devido a uma certa pressão exercida por elas que os homens acabam comprando cama, colchão e fogão à gás para suas casas.

É interessante ressaltarmos também que raros foram os casos de elementos (apenas dois no grupo) que ainda tinham algum dinheiro - ou porque não tinham tido ainda oportunidade de gastá-lo ou porque realmente "pouparam". Quando perguntávamos quais eram, segundo eles, as possibilidades de obterem algum dinheiro durante o 'verão' (ou seja, até a próxima safra), estas eram vistas em termos de:

- venda de artesanato em Marabá (não para a FUNAI "porque e la enrola a gente", segundo Antonio⁷), para particulares no CAUSP principalmente

⁷ Uma vez que a aquisição de artefatos da cultura material pela FUNAI não lhes traz vantagens - pois são comprados por um preço ao qual são acrescidos pelo menos 30% para revenda na ARTÍNDIA, a possibilidade de ampliação do mercado para a comercialização destas artefatos é vista pelos dois grupos de modo satisfatório. A iniciativa de aquisição de coleções por parte de Museus de Etnologia interessados é um estímulo à volta à confecção de objetos tradicionais da cultura material, que se encontrava praticamente desaparecida, quase em vias de extinção total. O grupo deixa assim de fazer "colarzinhos" e "saias de índio" para carnaval sob encomenda de lojas de Mara

- venda de milho, arroz (?) e banana
- esperar a próxima safra
- "não sei"

Quanto à aquisição dos itens considerados supérfluos (por nós) aqueles que o fizeram começam agora a perceber que aquela compra significa a privação de certos bens considerados necessários por eles, como cartuchos, sal, açúcar, café, óleo, que rosene e leite em pó, que embora introduzidos são agora tidos como indispensáveis, assim como o são para qualquer regional que só tem trabalho (e dinheiro) durante a época da safra da castanha (de dezembro a maio, em geral, em toda a região).

Durante nossa permanência em Belém, obtivemos da 2ª DR informações está programada para este ano a elaboração de dois projetos - um de reaplicação efetiva da renda indígena e outro de exploração do produto para a próxima safra. Diante dos últimos acontecimentos acima mencionados, a viabilidade de tais projetos para o P.I. Mãe Maria terá que ser revista. São os chamados "Projetos Castanha" do Tocantins e do Xingu, que estariam a cargo de dois funcionários lotados naquela DR, os chefes dos Postos Gorotire (que é técnico agrícola) e Kokrainoro - ambos os Postos grandes produtores de castanha.

O chefe do P.I. Mãe Maria, Sr. Saulo Petean, havia elaborado um plano relativamente junto com os índios, de desenvolvimento de atividades para um período de 6 meses - de julho a dezembro próximo - que beneficiariam toda a comunidade diretamente. Tal plano foi elogiado, mas de imediato praticamente recusado pela 2ª DR, que alegou "falta de verba disponível para sua execução."

(cont.) bá (vide relatório anterior). A comercialização de objetos tradicionais, cujo valor de troca sabem que é maior (dá mais trabalho pra fazer", etc.) pode lhes garantir diretamente uma pequena renda principalmente durante o 'verão'.

Esperamos e inclusive sugerimos àquela Delegacia que este plano, elaborado com a participação dos índios, em bases reais e concretas, venha servir de orientação para os elaboradores daqueles referidos projetos de reaplicação da renda indígena (que, repetimos, há 3 anos pelo menos não ocorre em Mãe Maria).

É importante ressaltarmos aqui que o plano apresentado pelo chefe do P.I. Mãe Maria abrange quase todos os pontos a serem aprofundados no Projeto de Desenvolvimento Comunitário para as aldeias Gaviões e que, posto em prática, teria funcionado como um "piloto" (até dezembro) para este Projeto a ser elaborado por nós em breve, junto ao DGPC em Brasília.

Todos estes pontos foram devidamente colocados e frisados junto à 2ª DR de Belém, que se propôs, na "medida do possível", a pô-lo em prática conforme nossa sugestão, ainda que tardiamente. A colaboração daquela Delegacia Regional é indispensável para que possamos desenvolver nosso trabalho num clima harmonioso, sem problemas que, por sua vez advindos só virão a prejudicar o próprio desenvolvimento da comunidade indígena.

Desde já podemos afirmar que de fato existem condições entre os elementos da comunidade para que venham, já na próxima safra (diante do ocorrido) efetuar a comercialização autônoma da castanha, conforme seus interesses.

ATIVIDADES AGRÍCOLAS

Com o término da safra da castanha, os índios Gaviões ficam praticamente liberados para suas atividades tradicionais de "verão", ou seja a colheita, derrubada e plantio das roças, época esta que é marcada pela realização de cerimoniais nas aldeias.

Quando chegamos, em fins de maio último, eles estavam terminando de colher o arroz, produto introduzido e largamente cultivado pelos Gaviões há algum tempo para consumo do grupo. Como a roça é coletiva, trabalharam nesta safra praticamente todos os homens e mulheres da aldeia. Ambos os sexos tinham suas respectivas partes na roça para o trabalho da colheita, determinadas pelo "capitão" do grupo.

O arroz vai sendo trazido em paneiros da roça para a aldeia, onde é armazenado em rama numa parte da casa dos solteiros (que havia sido fechada com esteiras de palha de bacaba para justamente servir de depósito. Após ter ficado por alguns dias exposto ao sol (sobre esteiras, para secar), o arroz vai sendo socado no pilão, pelas mulheres principalmente à medida do necessário e em quantia suficiente para cada 2 ou 3 dias para a família nuclear. Depois de socado é peneirado e guardado em casa para o consumo. Este arroz garante a alimentação de todo o grupo durante todo o "verão".

Como é de conhecimento do grupo o fato de o arroz ser um produto facilmente comercializável na região (Cr\$150,00 a saca de 60 kg, com casca), a possibilidade da produção de um excedente agrícola comercializável por eles mesmos (portanto não utilizável) é algo que lhes desperta interesse.

A bahana, nas diversas qualidades que cultivam, é um outro produto que vem sendo comercializado, em caso de necessidade,

e na maioria das vezes individualmente, embora não apresente excedente.

O milho também é ^{um} produto das roças dos Gaviões que apresenta excedente comercializável (lembramos que Kokrenum vendeu uma certa quantidade para os tropeiros, no início da safra) o que estimulou, neste ano, a procura de um "preço bom" em Marabá por parte dos próprios índios que pretendiam vender uma parte da produção (que este ano foi afetada devido à existência de pragas na plantação atual).

Diante disto, começaram em fins de julho a abrir uma grande roça nova para milho, arroz e amendoim, a qual terá condições de produzir o volume desejado pelos índios (para troca) só a partir do próximo "verão", segundo eles.

O milho já seco foi debulhado (em julho) e parte ensacado, tendo o produto ficado à espera ^{de} que conseguissem (eles mesmos) um bom preço em Marabá - "por menos de Cr\$40,00, a gente não vende mais", segundo Kokrenum.

O milho é aproveitado atualmente em pequena escala pelo grupo, devido ao fato de a produção ainda ser baixa por causa das pragas e da possível má qualidade do solo. A aquisição de uma máquina manual de moer (milho) seria de grande utilidade para a comunidade, pois seria mais fácil para todos a obtenção de "farelo" (fubá) para fazer mingau. Por ora, ele é socado no pilão (em pouca quantidade e o que leva tempo) e aproveitado para a "passoca" junto com a castanha.

A roça de mandioca ("brava") foi limpa e replantada em fins de junho e começo de julho. Devido à sua grande extensão, os índios Gaviões da aldeia junto à sede do P.I. têm mandioca o ano inteiro, ("brava" e macaxeira) ambos os tipos utilizados praticamente em toda a ^{lim} alimentação, seja sob a forma

de farinha ou de bolos ~~de~~ carne. Fazer farinha é outra atividade na aldeia que sempre ocupa duas ou três pessoas (geralmente homens) sendo sempre produzida para a comunidade inteira.

O feijão, comum e fava, foi plantado em fins de maio, época de poucas chuvas na área, início do "verão". As expectativas para a colheita deste ano eram grandes quando saímos da aldeia. Segundo Kokrenūm, "lá no Praialto [aldeia do rio Praia Alta próximo à Itupiranga, onde estiveram fixados por algum tempo] dava muita fava, aqui nunca deu, não sei porque, acho que é a terra...".

Através da iniciativa (tomada pelo chefe do Posto e sua esposa) de dar início - eles mesmos - à formação de uma horta do Posto, os membros da comunidade viram nisto um grande estímulo para a plantação para si de alguns "novos" legumes (como tomate, cenoura, por exemplo) e se mostraram muito curiosos em relação ao assunto.

Com os estudos sobre horticultura que vinham sendo feitos pela Edi (professora da escola do P.I.) durante nossa estadia em campo, um dos membros da comunidade - Manuel "Velho" (Krowa peire) - logo se interessou e logo passou, com entusiasmo, a preparar uma pequena porção de terra, próxima ao igarapé Mãe Maria, formando canteiros para sua pequena horta, para que pudesse assim contribuir para sua alimentação (ver adiante), sendo orientado pela própria Edi.

Desta maneira, os atuais funcionários do P.I. (Saulo e Edi) pretendem ir estimulando, aos poucos, o plantio de "novos" legumes (cujas técnicas de plantio poderão vir a ser transmitidas através da própria escola), melhorando o teor nutritivo da alimentação na comunidade, o que contribui para um me-

lhor estado de saúde em geral.

As sementes e parte do implemento agrícola para o cultivo de hortas e melhoria da qualidade dos produtos das roças - como pulverizadores, inseticida, etc. foram adquiridos por nós para os Gaviões como parte do incentivo.

As frutas são geralmente muito apreciadas pelos índios Gaviões. Próximo à aldeia há um pequeno pomar - formado ainda no tempo do extinto SPI - com limeiras, limoeiros e mamoeiros. Mostraram-se entusiasmados com a doação de 30 mudas de laranja feitas pelo CAUSP (por intermédio do Dr. Walter Labonia F^o e de Regina Maria R. Giovanetti, esta^a agrônoma que nos orientou quanto ao combate às formigas cortadeiras - saúvas - existentes em grande quantidade na área.

Ainda quanto à colaboração da agrônoma ligada ao CAUSP, foram visitadas todas as roças dos Gaviões, de onde foram colhidas as amostras de terra para exame de possibilidades agrícolas do solo, testes a serem feitos naquela Escola Superior de Agronomia (Sorocaba) a pedido dos "capitães" das aldeias e do atual chefe do Posto. Esta medida vai provavelmente auxiliar na resolução dos problemas do milho ou mesmo da fava, além de possibilitar o estudo de outros cultivos que os Gaviões quiserem dar início.

ATIVIDADES PECUÁRIAS

As cinco cabeças de gado da raça gir (doadas no ano passado por Dr. João Paulo Botelho Vieira F^o) que estavam em Marabá por falta de pasto, curral, etc. por ocasião de nossa primeira visita aos Gaviões (a bem dizer, o pasto já estava formado quando saímos de Mãe Maria em fevereiro último) já se encontram na aldeia desde março, despertando entusiasmo entre os índios. Todo este gado ainda se encontra "bravo", o que faz, por outro lado, com que os índios tenham ainda um certo receio dos animais.

No entanto, a volta do índio Jontapti (Raimundo) estava sendo esperada desde novembro de 1974, conforme mencionamos em relatório anterior. Ele havia ido à Belém para fazer um curso de vaqueiro na Base Aérea, que oferece cursos práticos de mecânica, além de vaqueiro, entre outros, em Convênio com a 2^a DR. No entanto, como se encontrava morando num QG, começando a ser alfabetizado, tendo contato acentuado com a cidade e sua vida, não queria mais voltar para Mãe Maria. Os membros da aldeia, sentindo sua falta, sempre que podiam, enviavam recados (orais e escritos) para que ele voltasse, pois já havia na aldeia uma função específica para ele - cuidar do gado da comunidade.

Tendo ido à Belém em fins de julho para resolver a questão da "comissão" pela venda da castanha, Kokrenum foi também "chamar o Raimundo", como ele mesmo dizia. Após alguma resistência por parte daquele seu 'sobrinho' para voltar para Mãe Maria, Kokrenum conseguiu convencê-lo - "se ele não quiser mais ficar lá na aldeia vai tê que ensiná o que ele aprendeu pro Zé Preto e pro Toínre, eles pode cuidá do gado", segundo o próprio Kokrenum.

Também em Belém, na mesma ocasião, Kokrenum estabeleceu con

tatos com o Sr. John Hosteler do Summer Institute of Linguistics, que em conversas anteriores com o Saulo, atual chefe do P.I., havia proposto a venda para os Gaviões de novilhas da raça Guzerá (gado suíço leiteiro) a um preço bem acessível, bem como emprestar por um ano um touro da mesma raça para melhorar a qualidade do rebanho quanto à produção do leite. Tudo seria acertado quando Kokrenūm recebesse sua "comissão".

Diante das perspectivas, segundo os próprios membros da comunidade de "ter leite e queijo, que é bom pras crianças", eles mesmos tomaram aquela iniciativa de dar um tanto de dinheiro (da castanha) cada um para a compra de mais duas ou três cabeças, a fim de aumentar o rebanho da comunidade (além das duas vacas que estavam para dar cria. Mais para a frente, este rebanho vai ser dividido entre as duas aldeias, pois da Ladeira Vermelha ainda vão preparar o pasto e cercá-lo).

No início de julho último, praticamente metade dos elementos masculinos (~~masculinos~~), adultos da aldeia junto à sede e mais 5 homens adultos da Ladeira Vermelha, além do próprio chefe do Posto deram início à construção do curral junto à sede do P.I., auxiliados e orientados pelos dois veterinários que atuavam na época junto ao CAUSP.

Após um acordo entre Kokrenūm e Kinaré (o segundo "capitão" da aldeia da Ladeira Vermelha, nomeado pela FUNAI) para a escolha do local para a construção do curral, formaram-se nas aldeias duas equipes de trabalho, que se dividiam entre o trabalho na roça e na construção do curral.

Primeiramente, a madeira e a palha de babaçu para a cobertura (aproveitamento total dos materiais da região) foram extraídos respectivamente pelos indivíduos da aldeia junto à

sede do P.I. e por aqueles da Ladeira Vermelha. O transporte desta material foi feito, do local da extração para o Posto pela viatura do P.I. - que por sinal se encontra em péssimas condições, necessitando de reparos gerais ou de substituição (o que a nosso ver seria o mais indicado).⁸

Em oito dias o curral estava pronto, só faltando a cobertura. As ferramentas (formões, plaina, arco de pua, furadeira, etc.) necessárias para facilitar e racionalizar o trabalho com a madeira, foram compradas por nós em Marabá e Belém. Os novos instrumentos de trabalho tiveram, de início e por parte de alguns uma aceitação razoável, uma vez que voltavam ao facão, ferramenta universal e que manejam habilmente. Da metade para o fim do trabalho, a manipulação destas ferramentas era tida como o domínio de uma nova técnica e habilidade por parte dos índios. O P.I. dispõe de uma moto-serra (quebrada) que, se reparada, seria de grande utilidade para o grupo quanto ao trabalho com a madeira.⁹

⁸ Saulo, que fazia o transporte, tinha um ajudante, Manoel "Velho" (Krowapeire) contratado para auxiliá-lo nas tarefas de manutenção da viatura e serviços gerais junto ao P.I. e à comunidade (ver adiante). Mediante um plano mais abrangente, Manoel poderia ser realmente contratado pela FUNAI (e não algo de caráter particular e formal) como um segundo trabalhador braçal do Posto, conforme exigem as necessidades de um P.I. que dá assistência a duas aldeias.

⁹ Os índios têm, inclusive, idéia de montar uma pequena serraria para a comunidade que atenda as suas necessidades, quanto, por exemplo, à confecção de bancos, armários simples para pote d'água, etc. que eles mesmos podem fazer, evitando assim que adquiram tais objetos junto ao mercado, dos núcleos urbanos da redondeza, além de que tais tarefas estimulariam novas técnicas de "artesanato" utilitário para o próprio grupo.

Quando deixamos o campo, havia dois índios (Zé Preto e Toinre) encarregados pelo "capitão" da manutenção do gado, ou seja, o fornecimento diária de sal grosso, soltar o gado e prendê-lo diariamente no curral (para amansar). A cobertura do curral ia começar, pois em agosto era esperado que as vacas dessem cria, época em que Jontapti estaria no P.I.

Além do gado, os membros da comunidade estão interessados em continuar sua criação de galinhas, e reiniciar uma criação de porcos do mato, abandonada desde a sua transferência da aldeia do Rio Praia Alta para Mãe Maria. Há na aldeia um porco, para o qual pretendem arranjar uma fêmea do mesmo tipo para iniciar a criação. Há também uma porca (sem pelo, comum) que ainda solta na aldeia para a qual pretendem comprar um macho e fazer uma tentativa de diversificação de criação de porcos. Atualmente, estes dois porcos são tidos pelo grupo como animais domésticos de criação, que em rebanho, no primeiro caso certamente virá servir de fonte de alimentação diante do problema de ameaça de extinção da caça no território e, no segundo também como fonte de renda, mediante comercialização.¹⁰

10

Atualmente, este grupo está caçando no fundo do território indígena, ao norte. Com a construção da Rodovia Estadual PA-082 (Marabá-Belém), esta caça ficará realmente ameaçada de extinção já que a tal rodovia passará a apenas 8 km da reserva, na sua distância mínima em relação ao território dos índios Gaviões utilizado como área de caça.

ATIVIDADES NA ALDEIA

Além de todas as atividades já descritas, este "verão" no B.I. Mãe Maria foi marcado pela volta à realização de cerimoniais tradicionais dos Gaviões, o que não ocorria há quase 15 anos (pelo que podemos estimar). Esta iniciativa - plenamente aceita pelos grupos - foi tomada por Kokrenum que, em acordo com Kinaré, resolveu promover novamente as "festas" na aldeia para que os rapazes mais jovens do grupo (principalmente os da aldeia junto à sede, solteiros), não saíssem mais para as festas dos núcleos urbanos mais próximos (São Félix, km 15, 40 e 66 da PA-070).

Iniciou-se assim um ciclo de cerimoniais de "verão" - este ano ciclo do Peixe (TEP) - que reuniram em 5 "festas" os dois grupos, fato que também não ocorria há muito tempo devido a brigas internas havidas entre eles (por motivo de uma corrida de tova há 3 anos), onde voltaram a exibir ornamentação e pintura corporal. Estes rituais se intercalaram com atividades econômicas dos grupos (ou de um deles, conforme o caso) nos meses de junho e julho. Ao final de cada "tarefa" - colheita do arroz, plantio do feijão, limpeza da roça de macaxeira e construção do curral - realizou-se um cerimonial.

Em fins de maio começaram os preparativos - a confecção das máscaras rituais (KROWA-HO) pelos elementos masculinos das duas aldeias, feitas de palha de tucum e bacaba, ornamentadas com penas de arara e pintura de urucu, medindo cerca de 1,20m de altura e representativas de todos os "animais da água".

Resumidamente, descreveremos a seguir o desenrolar dos cerimoniais por nós observados. Ao final de cada tarefa dos grupos, principalmente de roça, já que tais cerimoniais de "verão" marcam o início de tais atividades, é combinado entre as duas aldeias ~~um dia para a re-~~

deias um dia para a realização do ritual. A partir daí um dos grupos ("Trinta" ou "Maranhão", como se autodenominam) inicia a confecção das duas toras (KROWA), para a corrida tradicional entre os JÊ. De sumaúma, elaboradas no próprio local onde a árvore foi derrubada, as toras são alisadas com facão e completamente pintadas de urucu. São feitas pelos elementos (homens adultos) mais hábeis do grupo para tal atividade, geralmente os mais velhos, conhecedores da tradição e técnica de confecção, embora todo o grupo acompanhe a elaboração das toras, feitas em 3 dias consecutivos em plena mata. Ao ficarem prontas, são deixadas no local até o dia da corrida propriamente dita.

No dia que antecede o início do ritual, todos os homens (das duas aldeias) saem para a caça, enquanto as mulheres se incumbem do preparo da mandioca para os alimentos. Com a volta dos homens com a caça, cabe a elas o preparo de toda a comida do ritual, que se iniciará no dia seguinte.

Nesta noite, os dois elementos mais idosos do grupo da Ladeira Vermelha dão início aos cantos, durante toda a noite, individualmente e percorrendo a aldeia em movimentos circulares, ao que tudo indica animando os elementos da comunidade para o ritual e evocando todos os animais e plantas, além de estimular o grupo para a própria corrida de tora.

Na manhã seguinte, com a chegada dos membros da outra aldeia, iniciam-se os cantos coletivos (NKRERE-KATI), com a participação das mulheres (KWYI - coro de um mínimo de 3 mulheres que representam as fêmeas dos 'animais' que participam de todos os rituais. Os homens da aldeia, usando as máscaras, dividiram-se previamente em grupos de "lontra", "arraia" e "peixe", cada um com seu padrão de pintura corporal específico.

Dentre as máscaras, há uma única em tamanho maior, a TWYTIKRĀ (ariranha, "chefe dos animais da água"), confeccionada pelo antigo chefe do grupo da Ladeira Vermelha e usada pelo "cantador" que é o elemento masculino (chefe cerimonial) que dá início (nesta manhã), aos cantos coletivos, sempre acompanhados pelo maracá (KOTAI), tocado por ele em ritmo vibrante. A movimentação espacial do grupo se dá em duas filas paralelas, as mulheres atrás dos homens, segurando pequenos cordões de algodão das máscaras, que enquanto súditos de TWYTIKRĀ, acompanham seus sons e movimentos - deslocamentos para frente e para trás, em pequena corrida. Estes cantos acompanhados por outro instrumento, a buzina (HŌHI), que marca o início e/ou o final de cada canto, estendem-se até o meio dia, quando todos vão comer e apenas alguns homens continuam cantando, com a grande máscara e acompanhados de algumas mulheres, o KWYI.

Logo após iniciam-se os cantos coletivos novamente, desta vez (à tarde) sem a utilização das máscaras e também obedecendo a movimentações espaciais diferentes daquelas dos cantos da manhã. Agora os movimentos são circulares - uma reorganização do espaço conforme a forma tradicional das aldeias Jê - e as mulheres permanecem à frente do "cantador", entoando um ^(KWYI) contra-canto com pequena deslocção - 2 pequenos passos para frente e para trás.

Esta parte finda com o pôr do sol, quando, após se alimentarem novamente, inicia-se a grande concentração dos cantos individuais (JÖKREPOI) masculinos apenas (e que conferem grande prestígio aos homens), que continuam até a metade da noite. É quando todos os homens dos dois grupos saem para a mata, atrás das toras. A meio caminho fazem uma parada, um fogo, conversam, para em seguida prosseguirem na caminhada.

As toras ficam geralmente a uma distância de 7 ou 8 km aproximadamente da aldeia, na mata. Ao chegarem ao local pela picada aberta na mata pelo grupo que faz as toras, inicia-se a corrida propriamente dita (tipo "revezamento"), sob grande euforia - a caminho os elementos foram se colocando de tantos em tantos metros, um de cada equipe (grupo), um de frente para o outro.

Ao amanhecer estão chegando à aldeia - é quando as mulheres ajudam a carregar a tora. O grupo que chega primeiro, derrubando a tora no centro do pátio da aldeia ('terreiro', como chamam) é o "vencedor". Abaixados, de cócoras, todos os homens vão sendo imediatamente banhados pelas mulheres do seu grupo com grandes latas d'água. Em seguida, reiniciam-se os cantos coletivos com as máscaras (homens) e a participação das mulheres. Todos estes cantos da manhã do segundo dia do ritual são diferentes - inclusive em termos de movimentação espacial do grupo- daqueles da manhã anterior. Estendem-se praticamente até o final da manhã, quando o grupo que se deslocou volta para a sua aldeia (vão na frente as mulheres e as crianças). Os homens discutem nesta manhã, conjuntamente - os "ganhadores" e os "perdedores"; estes últimos sempre apresentam "motivos" pelos quais deixaram de ganhar a corrida: empurrões da equipe adversária, buracos que dizem ser feitos propositalmente na picada, para queda do corredor e da tora, etc.

É interessante observarmos até aqui um certo caráter competitivo que o jogo adquiriu, que não é tradicional. Segundo Kokenum, "era como uma 'brinsadeira', no tempo da aldeia grande ninguém ficava bravo porque perdeu, ninguém empurrava o outro; todo mundo catava... dançava... brincava, corria a tora". Das cinco "festas", 4 ocorreram na aldeia da Ladeira Vermelha (dentro da mata, a um km da estrada) e todas as corridas foram

"ganhas" pelo mesmo grupo ("Maranhão"), o que acabou por deixar desgostosos os elementos da aldeia junto à sede ("Trinta").

Neste segundo dia do ritual há troca de comida entre as duas aldeias. Foram sempre os homens que deram comida às mulheres da outra aldeia (mediante pedido anterior), alternadamente nas cinco "festas". Geralmente, neste segundo dia também, os papéis rituais são trocados, cada grupo em sua aldeia. Agora são as mulheres que ocupam as posições dos homens nos cantos coletivos, exceto o "cantador", chefe cerimonial que continua sendo homem. Vez por outra também há corridas de tora femininas. As crianças também realizaram^a suas "festas", imitativa do ritual dos adultos. Este fato foi observado uma única vez entre os meninos da aldeia da Iadeira Vermelha, que inclusive fizeram e correram a tora, em escala reduzida.

Observamos aqui que provavelmente as alterações no ritual não "aparecem" nesta sua continuação, no segundo dia quando se dá a troca intra-aldeias (troca de funções rituais) e inter-aldeias (troca de comida).

Grande parte do material etnográfico destes rituais aqui resumidos foi registrado e documentado por nós (inclusive "tapes" dos cantos), que futuramente será elaborado e analisado (relações do sistema simbólico, cosmologia, etc.), juntamente com outros dados etnográficos que dispomos sobre o grupo, coletados desde a nossa primeira estadia em campo.

Por ocasião de nossa saída da aldeia, iniciava-se um outro ciclo cerimonial, denominado WAKMYIRE", que marca o início da derrubada e queima das roças para novo plantio. Neste ritual, de fim de "verão", há um jogo de flechas - MAIPENEJÖKY - também entre as duas equipes (grupos), que substitui a corrida

de tora. A troca de comida intra-aldeias se faz então através da troca de crianças entre as famílias extensas - VÊVÉJAHÔKTI. A volta à realização dos rituais, embora parcialmente alterados devido a uma série de condições da situação atual dos grupos, demonstra a reafirmação de padrões de identidade do grupo, que os reconhecem como, quase perdidos, que necessitam de estímulos para sobreviverem como parte de sua vida.

SAÚDE

O estado atual de saúde dos índios Gaviões do P.I. Mãe Maria (aldeia junto à sede) é razoável; continua não havendo controle efetivo quando a este ponto fundamental por parte da atendente do Posto, embora sua função específica lá seja esta. Permanece a falta de discernimento, a utilização de conceitos pára-médicos, além da falta de responsabilidade quanto à administração de medicamentos específicos (caso dos antibióticos - vide relatório anterior) e a desatenção em geral.

Os casos de gripe, desintéria, anemias, verminoses e furunculose (esta em alta escala) são constantes, sem considerar o descontrole de casos antigos de TB pulmonar, o que caracteriza a inexistência de um programa de medicina preventiva inclusive.

Tentativas vem sendo feitas para suprir as falhas de uma formação profissional da atendente, a fim de que a situação de saúde dos índios seja controlada. O Dr. Walter Labonia F^o, da Faculdade de Medicina da USP e que esteve ligado ao "Campus" de Marabá (Diretoria) de março a junho, tomou a iniciativa de organizar um cadastro de fichas clínicas individuais dos membros das duas aldeias. No entanto, a não manipulação destas

fichas clínicas, a não ser por ocasião da visita dos médicos ligados ao CAUSP (que atuam no Convênio USP-FUNAI), é lamentável. Isto não ocorre por falta de orientação da atendente, pois ela vem sendo constantemente alertada pelo próprio chefe do Posto e por aqueles médicos, mas sim por falta de capacidade profissional da própria atendente, funcionária do P.I. Mãe Maria (que era enfermeira prática em São Luiz, no Maranhão).

Quanto a esta função de assistência para levantamento pelos médicos que atuam no CAUSP, temos algumas observações importantes a fazer: é impossível manter a continuidade de um trabalho sério nesta área junto a grupos indígenas diante do remanejamento ao qual as equipes do "Campus" estão submetidas. A confiança do grupo num médico ou dentista é fundamental. O fato destes profissionais chegarem à Marabá com um programa pré-estabelecido a cumprir (cujos resultados têm que aparecer sob a forma de relatórios) na maioria das vezes não corresponde à situação real encontrada em campo.

As visitas semanais de atendimento por algumas horas às aldeias são de pouca validade para um trabalho de assistência e levantamento, que exigiria uma permanência mais longa em campo. Além disto, por falta de um planejamento mais geral, os profissionais não dispõem de conhecimentos rudimentares em antropologia, nem sequer de um treinamento prévio; uma vez que vão trabalhar com grupos étnicos diferenciados, onde as informações sobre a situação específica que irão encontrar em campo são extremamente valiosas e têm que ser obtidas antes de lá chegarem.

Ainda quanto à questão de assistência aos Gaviões no setor de saúde, devemos lembrar que um levantamento dentário (CPO) tinha sido iniciado junto aos índios, principalmente às crian-

ças pelos profissionais que atuam no CAUSP. Ao final de seu trabalho (inicial) a dentista se declarou "enojada das bocas dos índios", o que provocava um distanciamento em relação a eles, dificultando o próprio entrosamento ^{dela} no grupo.

Estava sendo levantada a possibilidade de atendimento dentário (para tratamento e não apenas extrações) num consultório em Marabá, montado pela sub-Prefeitura daquele município, onde atuam os odontólogos do "Campus". Mediante acordos, os índios poderiam se deslocar para Marabá, onde teriam então condições mais favoráveis de serem atendidos. Durante nossa permanência em campo, foram feitas algumas extrações na aldeia da Ladeira Vermelha e o levantamento CPO não prosseguiu.

A dedicação exigida para um trabalho deste tipo junto a grupos indígenas não é apenas de caráter profissional. Além das informações prévias sobre a situação real dos grupos para que os profissionais possam se interessar pela questão, é necessário um certo envolvimento humano em relação ao grupo para que tenham condições de realizar um trabalho eficiente e proveitoso para a comunidade indígena.

Todos estes pontos devem ser considerados juntamente com a revisão de uma série de outros ou seja, faz-se necessária e urgente uma reformulação do Convênio USP-FUNAI (se este permanecer) para que os trabalhos de levantamento, assistência e colaboração de outras áreas (disciplinas) venham demonstrar sua eficácia para as comunidades em questão.

Conforme estabelecemos em campo, juntamente com os índios e os funcionários do P.I. Mãe Maria, a atuação do CAUSP ficaria limitada às necessidades que surgissem na comunidade. Nossa decisão foi comunicada na época à Diretoria do "Campus" em Marabá, onde esclarecemos todos os pontos aqui apresentados quanto ao trabalho de áreas específicas das equipes junto às

aldeias Gaviões do P.I. Mãe Maria.

O hospital do P.I. vem servindo para abrigar índios de outras aldeias que, vez por outra, são trazidos à Marabá (quando os casos são graves) onde são atendidos, através do Convênio FUNAI-FUNRURAL, no hospital do SESP, na categoria de indigentes. Para convalescência e espera do transporte que os levará para suas aldeias são removidos para as dependências do hospital do P.I. Mãe Maria (caso da índia Irekoti e seus filhos, Yikrin do Cateté) por ocasião de nossa estadia em campo desta vez).

A falta de condições materiais - equipamento e principalmente limpeza e alimentação - daquele "hospital" (construído para ser depósito de castanha) aliadas à incapacidade profissional da atendente dificulta a manutenção dos convalescentes, provocando uma sobrecarga de trabalho para os funcionários do P.I. Num Posto que, além de atender as duas aldeias da reserva, também tem que dar assistência a estes casos, faz-se de extrema necessidade a contratação de um servente. Os funcionários existentes, principalmente a atendente, acabam por não dar conta do trabalho demonstrando negligência e incompreensão em relação à toda a situação e a atendente tem, nestas ocasiões, mais uma oportunidade de demonstrar sua inoperância.

Voltamos a enfatizar a necessidade de uma assistência médica sistemática, já apontada em nosso primeiro relatório. Paralelamente a isto, um trabalho de educação sanitária e o estímulo a certos hábitos de higiene (eliminação dos detritos, utilização das fossas sanitárias, etc.) além da construção de um poço artesiano são medidas possíveis que poderiam contribuir para um melhor estado de saúde do grupo.¹¹

11

Nas proximidades da aldeia há apenas um curso d'água - iga

Um trabalho de medicina preventiva, principalmente de vacinação periódica, poderia ser realizado mediante um acordo entre o próprio serviço de assistência médica da FUNAI, as Equipes Volantes de Saúde (apesar de deficitárias para realizar um trabalho adequado - apenas duas equipes, na 2ª DR, para atendimentos de aproximadamente 25 Postos, no Pará e no Amapá) e as equipes de profissionais ligados ao CAUSP, através do Convenio, devidamente reformulado em suas bases.

A questão da vacinação periódica é um dos pontos fundamentais e aparentemente esquecidos no P.I. Mãe Maria. Através das fichas clínicas elaboradas, constatamos que todas as crianças das aldeias Gaviões com menos de dois anos não foram vacinadas contra qualquer moléstia. Segundo o chefe do Posto, os pedidos de vacinas foram feitos em julho último à 2ª DR, de onde se aguardava o atendimento. O trabalho de vacinação é o mínimo indispensável que deve ser feito, mediante controle e colaboração dos que realmente tenham condições de fazê-lo e se afirmam responsáveis também neste setor pela comunidade indígena.

Uma solução para o problema de assistência neste setor seria a formação de monitores de saúde entre os próprios elementos da comunidade mediante a realização de cursos específicos (atualmente oferecidos pela FUNAI na 1ª DR, de Manaus), o que viria a eliminar o atendente "civilizado", possibilitando ao grupo condições de auto-manutenção também quanto a este ponto.

(cont.) rapé 'Mãe Maria' - única fonte para todos os usos, que seca quase que por completo no "verão", época de estio. O poço artesiano junto à sede do P.I. - do outro lado da estrada - é então algumas vezes utilizado pelo grupo (devido à distância e dificuldades para o transporte da água, em latas).

Ao deixarmos a aldeia, o atual chefe do P.I. Mãe Maria se preparava para ir à Brasília realizar um curso-seminário (Antropologia, Indigenismo e Desenvolvimento Comunitário) que teria duração de um mês (agosto). Soubemos posteriormente que a 2ª DR enviara àquele P.I. um antigo funcionário que já trabalhara naquele Posto como atendente, o Sr. Geraldinho, que atualmente vinha trabalhando junto à Casa do Índio, em Belém, e que permaneceria em Mãe Maria durante a ausência do atual chefe do Posto.

EDUCAÇÃO

A escola do P.I. Mãe Maria, isto é, suas instalações estavam prontas desde 1972, como mencionamos, último benefício revertido para os índios Gaviões com a renda da castanha. Desde então, os índios reclamavam de sua inutilidade por não haver "professora".

Ao chegarmos em campo desta vez, soubemos que a esposa do atual chefe de Posto, Edi Rodrigues (professora primária com experiência pedagógica em São Paulo) seria a orientadora educacional da escola do P.I. Com algumas carteiras velhas (doadas ao P.I.) numa pequena sala de aula, a escola começou a funcionar em princípio de junho último, precipitadamente em termos da contratação de uma pessoa sem especialização ou treinamento (embora com muito boa vontade e dedicação) para a função específica que iria ocupar junto à comunidade bilingue.

A formação de uma professora primária com experiência não é suficiente quando certos conhecimentos em linguística e antro-

polícia são indispensáveis para o ensino numa aldeia, onde praticamente todos os seus membros são bilíngues (exceto as crianças que só falam o português) e querem aprender a ler e a escrever a língua portuguesa "pra 'kupen' (cristão) não enganá mais a gente", segundo um "consenso" do grupo expresso por Manoel (Krowapeire) no primeiro dia de aula.

Como dissemos, as carteiras velhas e o pouco espaço já se apresentavam como condições desfavoráveis, anti-pedagógicas. Provisoriamente foi montado um esquema experimental de aulas, em três turmas - as crianças pela manhã, as mulheres adultas à tarde e os homens adultos à noitinha - cada uma com duas horas de aula aproximadamente.¹²

A idéia era de que, transcorrido o primeiro mês de aulas, a orientadora pudesse elaborar em bases concretas um "planejamento educacional", exigido pela 2ª DR. Desta maneira, toda a parte inicial do curso trabalhava com exercícios de coordenação motora e introdução à aritmética, para em seguida dar início à alfabetização, onde o método utilizado (não fonético) seria o "aprendizado partindo do conhecido para o desconhecido", segundo a Edi.

O que ocorre é que sem um conhecimento de técnicas e métodos adequados para o ensino numa comunidade indígena, o trabalho se torna difícil e cansativo, sobretudo junto a um grupo onde a situação de seus membros é bastante heterogênea quanto às condições para "alfabetização".

Isto é decorrente do próprio tempo de contato e motivações pa-

¹² Há uma rede de iluminação elétrica estendida do Posto (onde há um gerador) até a aldeia, ocorrendo o fornecimento de luz durante as 2 ou 3 primeiras horas da noite em todas as casas; é quando os homens estão em aula junto ao Posto e as mulheres estudando em suas casas, na aldeia.

ra o aprendizado, o que é passível de ser entendido mediante o estudo do histórico do grupo. Aqueles elementos do grupo (da aldeia junto à sede) que provieram da Montanha (grupo Gavião fixado próximo à Tucurui) foram os primeiros a serem contactados e alfabetizados apenas na língua portuguesa por um missionário protestante (o mesmo que está atualmente com o grupo da Ladeira Vermelha). Demonstram agora vontade de aprender a escrever a língua. Há outros apenas com um pequeno conhecimento de fonemas (escrita de) e há aqueles que dispõem simplesmente de um grande esforço e boa vontade para o aprendizado da língua portuguesa.

Por outro lado, a motivação por parte das crianças e dos homens é diferente daquela das mulheres, cuja vida é restrita ao âmbito da aldeia. Como elas não têm "necessidade" de estabelecer um intercâmbio com a sociedade envolvente (as relações comerciais neste meio é que motivam os homens), isto torna mais difícil o processo de aprendizado, principalmente considerando o fato de que todos se utilizam muito mais da língua nativa para comunicação na aldeia, evidentemente. Algumas mulheres inclusive só falam a língua e, conseqüentemente, pensam através dela - e isto é válido para todo o grupo. Quanto às crianças, que já não falam mais a língua, a escola passa a funcionar como um aparelho socializante (como qualquer outra escola), que num processo desordenado descaracteriza a cultura específica do grupo, formando futuros "regionais".

A importância do estabelecimento de um programa de ensino bilíngue para os índios Gaviões do P.I. Mãe Maria justifica-se na medida em que a língua é um dos elementos vivos - e passível de ser plenamente preservado - de identidade específica do grupo indígena e um de seus principais meios de comunicação verbal e de transmissão da tradição. Todos estes fatores devem

ser considerados principalmente quando o grupo vem retomando uma série de comportamentos - volta à realização de rituais, ao corte tradicional de cabelo - que devem ser estimulados para que tudo não se perca definitivamente quanto à especificidade cultural e histórica do grupo.

Assim, em meados de julho, com a valiosa colaboração da linguista Leopoldina Araújo (pós-graduanda em Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina), que vinha realizando um levantamento pioneiro da língua Gavião (Jê do Norte - Timbira Ocidental), foi iniciado um trabalho preliminar de elaboração de uma cartilha Gavião, juntamente com um dos membros do grupo, Kruati. Ele vinha se mostrando extremamente interessado em desenvolver um trabalho de monitoria de ensino bilíngue, já que domina as duas (fala, lê e escreve) necessitando apenas de um treinamento específico, com finalidades pedagógicas, o que vem sendo feito pela linguista. Futuramente, como é de seu interesse, ele poderá vir a ser o orientador educacional da escola do Posto, sempre formando novos monitores.

Como é de nosso conhecimento, parece que o Summer Institute of Linguistics dispõe de uma cartilha Timbira padrão para o ensino bilíngue junto aos grupos Krahó, Wanela, Krikati, Apinajé e Gavião - um ^{sub}grupo linguístico, Timbira Ocidental. Este material, em confronto com o elaborado pela linguista, juntamente com o monitor e a atual orientadora educacional poderá ser de grande utilidade para os membros da comunidade Gavião.

Considerando precisamente os objetivos de um ensino bilíngue, a questão de educação merece, portanto, maior atenção e cuidados de todas as partes envolvidas, principalmente os planejadores e executores, para que certas dimensões não se percam. E aqui principalmente o fato de estar trabalhando com um grupo étnico diferenciado, que possui todo um referencial específico

para organização do mundo e tem uma série de "representações" quanto à sociedade envolvente e que, além do mais, vem sendo visto estrategicamente enquanto minoria passível de manipulação.

Quanto ao levantamento demográfico das aldeias Gaviões do P.I. Mãe Maria, o quadro permanece praticamente o mesmo (vide relatório anterior e gráficos).

O grupo da aldeia junto à sede conta atualmente com uma população de 53 pessoas, com a vinda de Maria e sua filha (vide NOEA 15 b). Ao deixarmos a aldeia, havia 3 mulheres grávidas, que terão filho até o final deste ano.

ALDEIA DA LADEIRA VERMELHA - KM 34 PA- 70

Conforme mencionamos em relatório anterior, este grupo se encontra em situação bastante diversa daquela fixado na aldeia junto à sede do P.I.

Ressaltamos o pouco tempo de contato inicial (1958) e fixação na atual aldeia (2º semestre de 1970), onde estão sob os cuidados da Missão Novas Tribos do Brasil (com sede no BR em Vianópolis, GO), estando esta subordinada à FUNAI.

Embora a função específica dos missionários esteja ligada ao âmbito educacional, para o qual obtêm permissão da FUNAI, colaboram extremamente na assistência médica de primeiros socorros ao grupo, dispondo dos medicamentos da CEME, enviados pela FUNAI, daqueles doados por Dr. João Paulo B.V. Fº, além dos que adquirem por conta própria. A disponibilidade dos missionários, bem como o respeito e admiração para com os índios favorece um atendimento em condições incomparáveis àquele prestado pela atendente do Posto na outra aldeia, inclusive no que diz respeito ao controle exercido sobre o estado de saúde em geral do grupo, mediante a anotação dos casos surgidos e terapêutica aplicada.

No entanto, o trabalho de assistência social dos missionários não se restringe a isto. "Mais importante que a assistência material é a espiritual", segundo o Sr. Paulo Jancinski, que se fixou recentemente junto ao grupo com a família (mulher e 4 filhos), um dos elementos que mais conhece a língua Gavião, devido ao fato de ter trabalhado junto ao grupo da Montanha.

Além desta família (que vinha esperando a permissão da FUNAI há dois anos) há o Sr. Frank Parker e família que já estão com o grupo desde novembro de 1973 até agora, aguar-

dando a chegada de uma outra família (Roger Bailey Jr.) que virá substituí-los. ¹³

A permanência de duas famílias de missionários no local - por nós considerada desnecessária - é justificada por eles mesmos alegando "muito trabalho" na escola e no atendimento de saúde da comunidade. O questionamento de tal atitude surge quando observamos uma orientação geral de "integração" sem interferência nos padrões de cultura do grupo. Considerar os índios como "perdidos" e "pecadores" justifica para eles a sua missão de "salvá-los", introduzindo noções de conceitos (axiomáticos) de "criação e salvação de mundo", existência e presença de Deus" (via temores da espécie "ceu x inferno"), sem interferir na cultura, nos hábitos deles, que continuam fazendo suas festas, a gente não proíbe nada", segundo o Sr. Parker.

Realmente, o trabalho pode ser considerado "difícil", "que exige paciência" quando consiste na lenta inculcação de valores totalmente adversos aos padrões culturais do grupo, de forma indireta e subliminar. O objetivo de "torná-los cristãos" (ou seja, uma "conversão dos pecadores"), será alcançado, segundo o Sr. Paulo "primeiramente com o conhecimento

¹³ O trabalho dos missionários junto ao grupo da Ladeira Vermelha foi iniciado em 1972, pelo Sr. Roger Bailey e esposa, que lá permaneceram até março do corrente ano, quando regressaram para os EUA. Em novembro de 1973, juntou-se a eles a família Parker, que está na Ladeira Vermelha até o presente momento. Em julho último, chegaram o Sr. Paulo Jancinski e família. Como mencionamos este missionário já estivera ^{na} 7 anos aproximadamente junto ao grupo da Montanha, onde havia permanecido por 2 anos. Antes dele, já havia estado uma outra família de missionários junto a este grupo, que segundo informações obtidas (dos próprios missionários) foi o 1º a ser "pacificado" entre os Gavioes de Oeste.

da sua cultura, dos costumes, da língua... para ensinarmos o caminho de Jesus de uma maneira adaptada à vida deles".

É importante levarmos em conta também que este missionário dispõe de uma larga experiência neste trabalho, embora tenha apenas o curso primário completo. A maior parte daqueles elementos do grupo da Montanha que se encontram atualmente na aldeia junto à sede do P.I. são indivíduos que foram alfabetizados por este mesmo missionário. Participam plenamente das atividades na aldeia, mas outrora foram "pregadores evangélicos", imagem que atualmente consideram sem sentido (pois "a gente é P'yrkategê de novo"); praticamente é um período de sua vida ao qual não se referem, do qual "a gente tem vergonha", segundo Tono, o que evidencia uma época em que sua identidade, enquanto grupo étnico, esteve ameaçada.

Considerando o estágio atual de contato do grupo da Ladeira Vermelha, tememos que a vulnerabilidade (e curiosidade em relação ao "mundo do 'kupen', cristão) apresentada pelos índios venha possibilitar a destruição de determinados padrões e referenciais - via evangelização - num sistema mágico religioso que ainda dá normas para o comportamento do grupo, sendo de extrema importância para sua sobrevivência.

Todo o trabalho da Missão Novas Tribos do Brasil nesta aldeia deveria apresentar seus propósitos - além de meios - de modo claro, para fins de ponderação da entidade protetora que concede autorização para longas permanências dos missionários junto aos grupos indígenas. Segundo os próprios missionários, eles apresentam esporadicamente relatórios de atividades à 2ª DR, os quais não tivemos oportunidade de ver. Deveria ser de grande interesse para a entidade protetora, em seus escalões superiores, o controle efetivo sobre a atuação desta Missão, para que não se trabalhe mediante orientações opostas.

Como a produção dos castanhais explorados - todos pequenos - pelos membros da aldeia da Ladeira Vermelha é baixa, Kokrenum ("capitão" da aldeia junto à sede do P.I.) tem planos de, na próxima safra, passar para eles duas das colocações atualmente exploradas pelo seu grupo, já que "a FUNAI vai me passar o São Pedro" (um dos grandes castanhais atualmente explorados pela FUNAI dentro da área dos Gaviões), "assim eles (Ladeira Vermelha) podem ganhar um pouquinho mais, pode melhorar pra eles", segundo Kokrenum.

Apesar do descontentamento por parte do Kinaré quanto à questão do "seu dinheiro" (ou seja, a "comissão" pela venda da castanha que lhe foi prometida este ano pela primeira vez pela 2ª DR e que ainda não foi paga) ele vem mantendo a situação do grupo bastante equilibrada. Conforme já mencionamos anteriormente, isto introduz uma diferenciação por prestígio dentro do grupo, algo que lhes é estranho fazendo com que às vezes, alguns membros do grupo o acusem de estar gastando do "dinheiro de todos".

Além de benefícios para o grupo todo, Kinaré pretende gastar este dinheiro na compra de certos bens para si, como bicicleta, rádio, etc. Parte da renda coletiva da castanha está sendo guardada por Kinaré, pois assim que ele receber da 2ª DR a sua prometida "comissão" pela produção do grupo, é desejo da comunidade contribuir para o aumento do rebanho de gado com a aquisição de algumas cabeças (assim como Kokrenum e seu grupo) para que o rebanho seja dividido entre as duas aldeias, conforme o que haviam combinado. Para tal, pretendem formar um pasto próximo à aldeia também, cercá-lo e construir um curral.

Através de Kinaré, o grupo tem plenas condições de comercializar a castanha por si, já a partir da próxima safra, assim como o grupo da aldeia junto à sede do P.I., conforme mencionamos.

Se dispuséssemos de alternativas (principalmente para um trabalho de assistência ao setor de saúde ao nível em que é realizado pelos missionários) poderíamos propor de imediato uma alteração significativa no que diz respeito ao atendimento na aldeia da Ladeira Vermelha. A longo prazo, havendo condições, a saída dos missionários daquela comunidade é perfeitamente viável. Seu trabalho passará a ser dispensável na medida em que se tiver pelo menos um monitor de saúde e um de ensino bilíngue disponíveis para aquele grupo, sendo ambos índios, preferencialmente.

CASTANHA

A única e fundamental diferença existente entre este grupo e o da aldeia junto à sede quanto à exploração da castanha é que, na Ladeira Vermelha, a produção, distribuição (troca) e, de modo relativo, o consumo se dão coletivamente, uma solução encontrada pelo próprio grupo para que no nível de aculturação em que estão, eles resolvam os problemas frente à sociedade nacional.

Com a renda (coletiva) da (castanha) - Cr\$8.000,00 este ano guardados por Kinaré, - foram pessoalmente adquiridos por Ele ("Capitão" do grupo nomeado pela FUNAI ex-integrante do grupo da Montanha), em Marabá, os bens que a comunidade considera necessários - principalmente roupas, tecidos, cartuchos, pilhas, alguns gêneros alimentícios, malas (para guardar roupa) e cigarros. Na chefia anterior era o próprio chefe do P.I. quem se encarregava das compras, sem consultar o grupo.

A não individualidade em todo o processo, e o relativo desconhecimento do valor em termos monetários pela maioria do grupo, faz com que este apresente uma coesão interna muito grande, possibilitando assim o funcionamento da dinâmica de sua estrutura social, plena de significado, que dirige o comportamento do grupo.

ATIVIDADES NA ALDEIA - SUBSISTÊNCIA - CERIMONIAIS

No período em que estivemos em campo (maio a julho), as atividades do grupo da aldeia Ladeira Vermelha estavam concentradas na agricultura; homens e mulheres colhendo o arroz, produto que é obtido do cultivo em grande escala, além do amendoim, milho e batata o que, somados à caça (abundante nesta época - principalmente veado e porco do mato) garantem ao grupo a alimentação durante todo o "verão".

A distribuição da caça entre os membros da comunidade obedece a determinadas regras do sistema de relações sociais, onde o caçador dá a caça para a mãe de sua esposa (ou futura esposa), o que alude à regra de residência uxorilocal.

O extenso cultivo do arroz com plantações de entre-safra, permite que eles disponham do alimento até o final do "verão". O trabalho da mulheres na roça é mais intenso junto a este grupo (e também nesta época) devido principalmente ao fato de haver "avós" ou mulheres mais velhas no grupo que cuidam dos filhos daquelas mais jovens que saem para a roça. Uma parte da roça constitui área de trabalho das mulheres e outra dos homens. Esta divisão de sexo no trabalho é mais marcada nesta aldeia do que naquela junto à sede do P.I. (onde não há mulheres mais velhas e portanto as tarefas femininas praticamente se identificam com as das mulheres regionais - trabalho com a casa e os filhos).

Enquanto elas também colhiam o amendoim, os homens começaram a limpar (meados de julho) a roça de macaxeira para o plantio. Enquanto isto, outra parte dos homens ajudava na construção do curral, sendo ainda que alguns deles permaneciam na aldeia para fazer a farinha.

Além do arroz, milho, amendoim, algodão, macaxeira, batata, inhame e banana, eles pretendem aumentar a roça com uma plantação de feijão, ainda este ano.

Como mencionamos anteriormente, o ciclo do "verão" (roças) voltou a ser marcado pela realização de cerimoniais entre as duas aldeias.

As atividades escolares, sob orientação dos missionários, obedecem horários bastante flexíveis, praticamente à hora em que os índios querem ou têm tempo (geralmente, volta da roça para "almoço" ou no fim da tarde). As aulas são de pouca duração, geralmente não ultrapassando uma hora e meia aproximadamente. O esquema de alfabetização tradicional na língua portuguesa por missionários norte-americanos para um grupo (homens, mulheres e crianças, separadamente) onde poucos elementos falam o português, nos parece algo precipitado e sem sentido, embora o caminho mais fácil para os objetivos dos missionários - a leitura da Bíblia Sagrada - seja realmente este, ao invés do aprendizado e o ensino da língua nativa. Por parte dos índios, o aprendizado se torna assim incomparavelmente mais difícil, uma vez que toda a linguagem do grupo está referida a um universo de pensamento específico, onde existem determinados sons. Assim, muitos escrevem (alguns com "boa caligrafia") números, letras e até sílabas da língua portuguesa, o que demonstra o aprendizado de uma técnica para eles, a escrita; no entanto, estes "signais" não apresentam para os índios um significado mais amplo.

Kinaré é um dos elementos que esporadicamente expressa o desejo, aparentemente comum do grupo, em aprender a escrever na sua língua.

As atividades de ensino junto ao grupo, deveriam obedecer principalmente às necessidades e desejos dos membros da comunidade e não serem determinados a priori, com certos objetivos específicos por parte daqueles que orientam o ensino junto ao grupo.

Todas as atividades do grupo da aldeia da Ladeira Vermelha eram nesta época, consideradas pelo chefe do P.I. em atraso em relação àsquelas do grupo junto à sede. Lembremos que o trabalho na castanha, que não é tradicional para os índios, lhes consome tempo, todo o "inverno" na região.

Aqui o que ocorre é que, muitas vezes, tendemos a considerar o ritmo de determinadas atividades na aldeia segundo determinados padrões, principalmente de tempo, que como sabemos, nos grupos indígenas diferem dos nossos. O que nos garante que a presença do ex-chefe do Posto junto à aldeia da sede (como uma espécie de "fiscal dos trabalhos" do grupo) não impunha um adiantamento de certas tarefas, baseado num tempo e objetivos que os índios não manipulam, algo externo como a obrigatoriedade do trabalho na castanha durante o "inverno" ?

A volta aos cerimoniais é um outro aspecto a ser considerado nesta questão. Não podemos afirmar que a sua realização "atrasou" outras atividades, mas pelo contrário, agora é que elas retornam a seu ritmo "normal" para a comunidade indígena. É importante observarmos que a marcha de todas as atividades nas aldeias obedece a ciclos precisos que lhes são tradicionais, ainda que o intercâmbio com a sociedade envolvente se apresente em escala reduzida ao necessário ou em estágio avançado, desmesurado.

SAÚDE

Durante nossa estadia em campo, esteve nas aldeias a equipe da SUCAM, responsável na região pela erradicação da malária. As duas aldeias foram devidamente dedetizadas, casa por casa (incluindo as instalações do P.I. e as casas da Missão).

O atendimento médico de primeiros socorros tem, nos missionários, eficientes colaboradores, conforme mencionamos, apesar da assistência médica ser de responsabilidade da FUNAI.

Além dos casos de gripe, tosse e catarro (frequentes entre os adultos e crianças), ao observarmos as fichas clínicas individuais do grupo (elaboradas pelo Dr. Walter Labonia F^o. como mencionamos), depa^oramos com dois casos de suspeita de sífilis em dois homens adultos para com os quais não foram tomadas quaisquer medidas.

Constatamos na aldeia da Ladeira Vermelha um caso grave de osteomielite num menino (Xukore), de 12 anos de idade, caso este que já havia sido observado desde nossa primeira visita ao grupo (janeiro) de 1975) e em relação ao qual nada havia sido feito até então pelos responsáveis, no sentido de encaminhá-lo para tratamento o mais rápido possível. Propuzemo-nos a trazer Xukore para São Paulo, onde ficaria aos nossos cuidados e de Dr. João Paulo B.V.F^o. internado para tratamento, retornando à aldeia assim que estivesse curado. A solicitação foi feita ao Serviço de Assistência Social da 2^a DR por intermédio do chefe do Posto, que em breve encaminhará o menino Xukore.

Constatamos também um caso de um menino (4 anos aprox.) que apresentava alteração em todos os gânglios linfáticos do corpo, o qual necessita de diagnóstico e tratamento urgente; este, além de dois casos de hernia umbilical (2 meninos pequenos - 3 e 2 anos aprox.).

A desatenção para com tais ocorrências - ou não percepção por parte dos responsáveis - principalmente em crianças, evidencia a gravidade do problema e precariedade de assistência médica às aldeias, cuja necessidade de melhoria vem sendo sistematicamente ressaltada por nós e outros que têm conhecimento concreto do problema.

Parte dos medicamentos enviados mensalmente como donativo aos índios Gaviões por Dr. João Paulo Botelho V.F^o. são deixados à disposição dos missionários para uso em casos de emergência (medicamentos contra malária, diarreia e febre, além de xaropes). Os medicamentos específicos se encontram na farmácia do

Posto, agora organizada pelo próprio Dr. João Paulo, que esteve em visita ao grupo, durante nossa estadia em campo (pri^{meiros} dias de julho p.p.).

De uma maneira geral, a situação atual do grupo da Ladeira Vermelha é bastante melhor em relação àquela do grupo localizado junto à sede do P.I. Isto é devido principalmente ao fato do pouco tempo de contato com a sociedade abrangente, que se faz hoje esporadicamente apenas nas idas do "capitão" (geralmente acompanhado de mais algum elemento ^{do} grupo, além do chefe do Posto) à Marabá ou aos núcleos urbanos mais próximos, para compra de bens para a comunidade ou para si. Fundamentalmente ligado a este fato está a relativa preservação da estrutura social tradicional do grupo,

Ato do levantamento populacional do grupo, a aldeia da Ladeira Vermelha, que contava no início do ano com 45 pessoas (vide relatório anterior quanto à gráficos populacionais e distribuição por sexo, idade e residência), apresentou agora só uma alteração a volta do velho Kuantukre, o elemento mais idoso de todo o grupo, antigo chefe Gavião que esteve em "exílio" no P.I. Gorotire desde janeiro último. Por determinação do ex-chefe do Posto (e aprovação da 2ª DR), Kuantukre havia ido para lá "para aprender a trabalhar" - é um homem de mais de 80 anos (segundo estimativas feitas) que vinha fazendo incursões em propriedades vizinhas à reserva para apanhar sabão e roupas do varal. Tais atitudes foram consideradas "roubo", tendo sido ele ameaçado de morte pelos regionais, proprietários vizinhos. Diante disto, a resolução tomada foi levá-lo para o P.I. Gorotire, de onde voltou em fins de junho. Mora atualmente com seus filhos. Os membros da aldeia (e os missionários) lhe dispensam uma atenção toda especial, sendo muito querido entre o grupo.

RELAÇÃO MEMBROS DA COMUNIDADE / FUNCIONÁRIOS DO POSTO/
SOCIÉDADA GLOBAL

Ao abordarmos com especial enfoque a rede de relações do grupo - na atual situação de contato - para com o meio externo (e suas dependências voltadas para a sociedade envolvente) inclusive (visando o estudo de uma alternativa de "integração", conforme mencionamos) partimos inicialmente do próprio relacionamento para com os funcionários do P.I., enquanto seus representantes mais próximos e permanentes (tanto na sociedade envolvente como da entidade protetora).

Com a mudança da chefia do Posto em julho último, estas relações parecem já se transformado consideravelmente (vide relatório anterior). Apesar da permanência da antiga atendente, para com a qual existe uma clara relação de evitação, um distanciamento proposital por parte dos índios (devido a todos os motivos apresentados neste e no relatório anterior) os atuais funcionários do P.I. Mãe Maria, Saulo e Edi, mantêm um relacionamento bastante amistoso e franco para com o grupo. Este, criou para com eles (especialmente com o Saulo) relações informais de "compádmio" e de parentesco, atitude esta normal quando têm por aceitos no grupo os de fora, 'kupen'. A importância da participação dos próprios índios nas decisões a serem tomadas em relação à comunidade passou a ter destaque, o que até então lhes era de certa forma desconhecido, ou melhor, quase esquecido diante das relações paternalistas que vinham sendo travadas pelos funcionários daquele P.I.

Apesar do relativo descrédito quanto ao plano que lhes foi apresentado para discussão pelo chefe do Posto (plano ao qual nos referimos anteriormente, de atividades na aldeia para este "verão") pois ele é de certa forma o representante da entidade protetora que muito prometeu (como é o caso por exemplo, do poço artesiano - "desde que a gente mudou do Praiaalto pra cá, "eles" falam nesse poço..." segundo Kokrenum), os índios vêm se mestrando interessados em todas as possibilidades

(segundo ele), ambos solteiros e que dizem que vão se casar com "branca".¹⁴

¹⁴ Enquanto Manoel "velho" passou a trabalhar como ajudante do chefe do Posto, sendo pago por este a Cr\$200,00, por mês, sem refeição, Krua recebera uma oferta de emprego numa serraria clandestina de São Félix.

No caso de Manoel, as refeições eram o mais importante, uma vez que é solteiro e não recebe alimentação na aldeia (por se negar a dar presentes - ruipas, sapatos, etc. - à família do "capitão", como forma de "pagamento" pela comida, como fazem os outros solteiros). Segundo ele, "podia me pagar só Cr\$50,00, que fosse, se ele me desse a comida, não tinha importância; tenho dó dele também, ele tira esse dinheiro do bolso, tem mulher e filha pra sustentar...". Diante disto, o chefe do Posto, em acordo com ele, propôs o seguinte: assim que a horta de Manoel começa a produzir (vide pág.) ele contribuiria para sua alimentação, no Posto ou na aldeia (na casa de um meio-irmão, onde dorme), onde quisesse; com os legumes e hortaliças.

Além disto, o chefe do Posto havia proposto ao Manoel que ele fizesse um curso de mecânico junto à Base Aérea em Belém, já que as perspectivas eram de que ele continuasse como seu ajudante nos serviços do P.I.

Tomando como antecedente o caso de Jontapti (Raimundo), anteriormente mencionado, que foi fazer o "curso de vaqueiro", em Belém e não queria mais voltar, as condições em que Manoel vive na aldeia favorecem que o mesmo lhe aconteça.

Quanto ao caso de Krua, o 1º, este, numa de suas frequentes idas à S. Félix - a 30 km da aldeia onde vai ter encontros com as "namoradas" - soube que "o cara da serraria tava procurando gente pra trabalhar, tinha vaga". Tendo ido procurar o indivíduo, Krua soube que o trabalho era "mãa"mata, darrubando árvore". Receberia Cr\$100,00 pela entrega de 50 toras "que o caminhão vai buscar", o que correspondia aproximadamente a 10 dias de trabalho. Mediante a oferta de trabalho, Krua disse que ia pensar, falar com o "capitão (Kokrenum)". Este desaconselhou a sua saída de Mãe Maria, dizendo que "o cara tá pagando pouco, você que sabe, mas precisa ser com carteira, "essa gente fica derrubando árvore aí sem ninguém saber".

Decidido a "sair de Mãe Maria" Krua começou o longo processo de tirar documentos. Mediante a autorização do Delegado Regional de Belém (após ter ouvido o caso) Krua obteve a sua

Este último fator reflete um dos principais problemas do grupo; a falta de mulheres diante de um n.º. de homens adultos, relativamente grande, que (consequentemente, aliado a outros fatores como proximidade de pequenos núcleos urbanos, fixação à beira da estrada, certo conhecimento da vida em grandes centros urbanos etc.) manifestam seu crescente desejo de "sair de Mãe Maria", "trabalhar fora para ganhar dinheiro", "jogar com a sorte lá fora".

A perspectiva de "sair de Mãe Maria" mas ficar na região, em algum núcleo urbano das proximidades é vista por alguns (principalmente por Krua e Manol "velho" que já "trabalharam fora" também) como uma aventura, como algo de onde é possível que saiam ganhando. Comentários (de Krua e Krowapeire) como "o dinheiro da castanha não dá pra nada", "o trabalho na roça é pouco" (devido ao tempo que é consumido com a safra anual de

(cont.)

Carteira Profissional, restando tirar ainda o Título de Eleitor, a Carteira de Identidade e o Certificado de Reservista. Com o primeiro documento ele foi se apresentar, no dia combinado no local de trabalho, onde imediatamente foi recusada a "vaga", pois aquele trabalho era feito "sem carteira" segundo o arrendatário, que arregimentava a mão de obra também. Muito desanimado, ele voltou à Mãe Maria, com as malas na mão (ele iria ficar morando em S. Félix, onde alugaria um quarto de pensão e se encarregaria de toda a despesa de alimentação inclusive).

Com a ida da linguista à aldeia em julho último, e diante dos planos para o ensino bilíngue, Krua foi convidado a trabalhar com ela e a professora (ele já não frequentava mais a escola, dizendo que "já sabia tudo aquilo"). Como sempre foi um dos principais informantes da linguista, por dominar bem as duas línguas, a proposta foi aceita com entusiasmo. Atualmente ele colabora para a elaboração da cartilha bilíngue e será o monitor da escola, como deseja.

castanha), "quero conhecer outras coisas", "o quê eu vou ficá fazendo aqui? aqui não tem mulher pra mim !...", ilustram bem a situação.

As motivações que levam geralmente os membros da comunidade a querer sair de Mãe Maria para conhecer grandes centros urbanos dos quais já ouviram falar (ou mesmo que alguns conheceram por ocasião de remoção para tratamento de saúde, para fazer curso na extinta GRIN, etc.), como Brasília, Rio e São Paulo são marcadas por uma grande "curiosidade". A saída de Mãe Maria para estes centros significa para eles o conhecimento de um outro mundo, o "mundo dos brancos", do qual eles têm uma série de representações.

Quando, em conversas informais indagávamos sobre a questão, o importante (para quem saísse) era a volta à Mãe Maria "pra contar história pro pessoal", (segundo Tono).

A existência de outros lugares é percebida através de "canais" que vão desde o rádio, até uma lata de leite em pó ("como é que faz o leite assim, fininho? e a lata, como eles fazem a lata?"), segundo o mesmo Tono, um dos elementos do grupo que demonstra frequentemente grande interesse (e curiosidade) em relação à questão - éé o principal "caçador" do grupo. No entanto, os problemas para "sair de Mãe Maria" começam junto à própria entidade protetora, de onde precisam de uma autorização prévia para sair, mediante apresentação de objetivos e condições. Com isto, o sentimento de "prisão" é frequentemente apontado - "tudo a gente precisa pedir pra eles, eles não deixam a gente fazer nada", segundo Jonkorenum.

Uma vez na "cidade" (ou "rua", como eles chamam), a dificuldade de arranjar emprego é extrema (vide caso Krua, NOTA 14) diante da retração cada vez maior do mercado de trabalho existente na região. Apresenta-se aqui uma das faces do problema de certos estereótipos existentes em relação ao "índio",

como "pessoas que não têm nada, não trabalham, são cachaceiros e preguiçosos", segundo os regionais, que lhes dificultam por sua vez a oferta de emprego, a aceitação dele como um cidadão. Por outro lado, é o próprio indivíduo que carrega consigo um estigma de "ser índio" e daí todas as dificuldades que ele mesmo vê quanto à sua "integração" à comunidade nacional.

Todos estes casos apresentam duas faces. Primeira, que uma especialização técnica do trabalho (com o envio à Belém de elementos que queiram fazer tais cursos como mencionamos) introduz uma divisão social do trabalho junto à comunidade, o que interfere extremamente em sua estrutura social, baseada no sistema de parentesco e na divisão sexual do trabalho. Com um abalo nestes sistemas (como a falta de mulheres no grupo, como um dos fatores que causa um desequilíbrio) começam a surgir, entre o grupo certas categorias de prestígio individual que conferem "status" a determinados elementos da comunidade. A própria segmentação no plano econômico da vida do grupo, introduzida e até agora reforçada pela individualização da produção e de todo o processo produtivo (que tradicionalmente era baseado na troça simbólica, recíproca), marcante na extração da castanha, onde cada um coleta a sua castanha, ganha e gasta o seu dinheiro individualmente, leva à insurgência de tais mecanismos; tem "status" aqueles que têm função específica, rádio, bicicleta, etc., provocando uma certa sensação de inferioridade e descontentamento por parte dos outros do grupo.

Por outro lado, há uma série de problemas existentes, aqui apontados de um modo geral, que põem obstáculos à sua "integração" - aqui na sua aceção mais ampla - à sociedade envolvente, não apenas os estereótipos em relação ao "índio" mas todas as incoerências e contradições apresentadas pela própria sociedade abrangente (como ilustra o caso da serraria que mantém sua mão de obra de forma ilegal e isto é comum na região em todos os ramos de atividade econômica). A

própria "integração" desordenada, descompassada engloba todos estes fatores até aqui apresentados.¹⁵

¹⁵ a) Desde fins de julho último, o chefe do Posto vinha tentando levar para o P.I. Mãe Maria a índia TUERI, do grupo da Montanha, que se encontrava então em Marabá, morando numa pensão com o filho (cujo pai é "civilizado"). Alguns membros da aldeia junto à sede demonstravam interesse na ida daquela índia para lá, uma vez que a falta de mulheres no grupo vinha causando problemas, conforme já mencionamos. Tueri já fora casada com dois elementos deste grupo, já tendo morado em Mãe Maria. Devido a suas frequentes idas às "festas", nos núcleos urbanos mais próximos, onde se prostituía e bebia, segundo seus ex-maridos. Ela foi mandada embora, de volta, para a Montanha (Tucuruí). Paralelamente ao trabalho do chefe do Posto de convencê-la a ir para lá, havia também aquele de certos elementos do próprio grupo que iam à Marabá dizer a ela que as mulheres na aldeia não desejavam a sua volta. Em fins de julho, quando deixamos o grupo, Tueri estava indo para o P.I. passar uns dias (segundo o chefe do Posto) a título experimental, pois era possível que ela não se adaptasse mais à vida na aldeia.

b) Em fevereiro último, por ocasião de nossa primeira visita ao grupo, o Serviço de Assistência Social da 2ª DR encaminhou ao P.I. Mãe Maria, uma mulher, de nome Maria que se dizia "neta de índio", vinda de Marabá com sua filha de 3 meses (cujo pai era "civilizado"). Ao deixarmos o Posto naquela ocasião, Maria ficou morando junto à sede, onde lavava roupa dos funcionários e obtinha assim algum dinheiro para comprar leite para a filha - cujo fornecimento lhe havia sido prometido pelo advogado daquela Delegacia, que "havia ido resolver o caso" em Marabá e que não havia sido cumprido.

Ao chegarmos desta vez em campo, Maria se encontrava morando na aldeia, junto à sede com KATXÀTKRETI (Zé Preto). Passado algum tempo, ele não desejava mais viver com Maria (alégando que "ela não trabalhava") e esta manifestava vontade de voltar a trabalhar em Marabá, de onde é originária, dizendo "aqui eu faço tudo sozinha, ninguém ajuda a olhar minha filha". Maria ajuda a mulher do "capitão" na alimentação dos solteiros do grupo e é praticamente a servente da casa dele, posição em que em fevereiro ocupava uma outra índia, Maria Guarani. Como as relações entre ela e o Zé Preto variavam muito (ora estavam bem, ora não), o caso permaneceu em observação, uma vez que a sugestão do chefe do Posto apresentada à 2ª DR era encaminhá-la novamente à Marabá, reintegrá-la com assistência (emprego digno, etc.) na vida dos "civilizados", já que ela não tem filiação linguística ou cultural com os Gaviões. (Arbitrariamente foi considerada "índia".) No entanto a filiação vinha se mostrando de um lado afetivo em relação a ela.

Desta maneira, a possibilidade de reabsorção pela comunidade de desteselementos que "querem trabalhar fora", por não verem em determinados momentos as vias de melhora das condições de vida na aldeia, deve ser considerada a partir das necessidades apontadas pelo grupo e pelo próprio indivíduo também. A reabsorção pela especialização técnica do trabalho (com curso ou sem) acarreta problemas conforme já mencionamos. No entanto, poderia ser considerada como "vantajosa" tanto individual como coletivamente, já que ele deixa de se sentir inútil no seu grupo (onde não tem mulher, onde ele não procria) e fora dele (onde encontra barreiras criadas). O seu grupo, por sua vez, deixa de certa forma de vê-lo como alguém que quer abandonar a aldeia, o que é sentido com profundo descontentamento, como uma perda de forças para o grupo.

"Lugar ~~de~~ trabalhá é aqui, aqui tem serviço, aqui não precisa pagá nem pensão, nem comida nem nada", segundo Kokrenum, o velho chefe (e "capitão") do grupo da aldeia junto à sede. Ficar na aldeia ou retornar a ela é tido por eles como um estímulo, um incentivo num momento em que retomam o gosto pela vida outra vez, pela vida PÛRKATEGÊ, como se autodenominam os Gaviões do P.I. Mãe Maria.

Tendo sido propostas algumas sugestões no decorrer deste trabalho, a urgência da elaboração e aplicação do Projeto de Desenvolvimento Comunitário para os índios Gaviões do P.I. Mãe Maria (primeiramente, incluindo depois os Suruí, Parakanã e Assurini do Trocará) a ser elaborado em Brasília em setembro próximo ~~na medida~~ em que a própria região do Médio Tocantins, onde habitam todos estes grupos, se encontra em fase de desenvolvimento acelerado. Basta observarmos os traçados de novas rodovias, os projetos de exploração agro-pecuária e de mineração, o deslocamento de indústrias do sul do país, a desenfreada discriminação de terras aos cuidados do INCRA, dentre outros pontos para que se perceba a urgência de tais projetos se se quiser evitar a "integração desintegradora".

Ao ser posto em prática o mais breve possível, o projeto de desenvolvimento comunitário será uma das formas de contribuir para a solução a médio prazo de uma série de problemas, bastando nossa orientação inicial numa oportunidade de escolha para os índios.

Estes problemas vêm se apresentando como um entrave para a melhoria de condições de vida do grupo, plenamente capaz de decidir e desenvolver por si a alternativa que desejam para a "integração", inevitável diante da atual situação de contato em que vivem, do grau de intercâmbio com a sociedade envolvente, a qual, por si, apresenta de imediato formas prontas e inflexíveis de absorção (como mão de obra, por exemplo, para exploração econômica), de "integração", que nem sempre são as melhores do ponto de vista do que estão "dentro", ou seja, para os atores do processo.

NOTAS DE ESCLARECIMENTO SOBRE A SITUAÇÃO DOS
ÍNDIOS GAVIÃO E SURUI (PA)

Há menos de vinte anos, os índios Gavião do sudeste do Pará eram tidos como "assassinos", "ladrões", "preguiçosos" e esta -
vam em vias de extinção. Transferidos há cerca de 12 anos das mar -
gens do igarapé Praia Alta (município de Itupiranga, onde foram /
contactados) para a beira de uma rodovia estadual, a PA-70, o pro -
cesso de integração foi desencadeado de forma irreversível e abrupta,
sobre uma única garantia, a posse da terra.

Concedida em 1943 por Decreto-Lei estadual e registrada/
em 1966 no Cartório de Imóveis do município de Marabá, em nome da
comunidade indígena, a área dos índios Gavião do Posto Indígena I -
garapé Mãe Maria se mantém inviolável, bem como a coesão do grupo,
sob a chefia do sábio Kpökrenum. O grupo foi aumentando lentamente,
com elementos trazidos da "Montanha" (Tucurui, do extinto PI Gavi -
ão) e a transferência de um outro (igualmente Gavião de Oeste, Para
kategê, como se auto-denominam), contactado por Cotrim no Maranhão
e instalado na área do Mãe Maria em 1969. Hoje estão em duas al /
deias, Parakategê e Kàikategê ("Mãe Maria" e "Ladeira Vermelha", co
mo são conhecidas). O "30" e o "Maranhão", respectivamente como se
fazem referência uma à outra, contam com uma população total de
112 pessoas.

Habitando uma região onde a atividade extrativista da cas -
tanha do Pará ainda predomina economicamente (sobretudo no "inver -
no", tempo das chuvas), a inserção deste e de outros grupos como /
simples mão de obra para a coleta do produto foi imediata, sob o
controle direto da FUNAI, a nível regional, na cidade de Belém. De
um modo geral, na medida em que o sistema de trabalho predominante
nesta atividade econômica se baseia nas relações servis estabeleci -
das através do regime de "barracão", tal forma de produção também /
foi adotada, de modo paternalista, pelo antigo SPI (e posteriormen -
te pela FUNAI), que a estendeu para todos os grupos indígenas que
tinham como 'habitat', regiões produtoras de castanha (borracha, etc.),
ou seja todas as populações do curso médio dos rios Tocantins /
e Xingu.

A parcela significativa que a produção de castanha do Mãe
Maria representava para a Renda Indígena da FUNAI, e especialmente
para a DR, a ponto de sustentar uma infra-estrutura administrativa
para todos os Postos, fazia entrever para os índios a possibilidade

da conquista de uma auto-suficiência econômica em relação ao próprio órgão assistencial, na medida em que eles mesmos, os índios, gerissem seus negócios. Era o indício de um rumo a ser seguido, apontado como alternativa específica e estratégica de "integração" / pela própria comunidade indígena, diante das condições existentes / e seu grau de intercâmbio com a sociedade regional envolvente.¹

Localizados na micro-região de Marabá, área que se encontra tomada de assalto por vultosos projetos de desenvolvimento acelerado e descompassado - Hidrelétrica de Tucuruí, Serra dos Carajás, novas rodovias, ferrovia, projetos agro-pecuários e os do INCRA (fundiário e de colonização) - os grupos que aí habitam (Gavião, Suruí, Xikrin, Parakanã e Asurini) precisam se preparar para o confronto inevitável com situações inusitadas, problemáticas e que lhes dizem respeito diretamente, para que se tenha um processo de integração mais harmônico.

Esta questão nos remete de imediato à da linha de transmissão de alta tensão, da ELETRONORTE, no trecho Marabá-Imperatriz, cujo traçado oficial atravessa em 22 km, numa faixa de 100 metros de largura, a reserva dos índios Gavião de Mãe Maria, paralelamente à estrada, há uma distância média de 240 metros dela. Mediante indicação do Sr. Presidente da FUNAI e orientação do DGPI, fomos incumbidos de realizar os entendimentos necessários entre a comunidade indígena e a ELETRONORTE (pela ETOP, Empresa de Topografia do Rio de Janeiro, que fazia o levantamento da área), através do Plano de DC. Os acordos foram então mantidos diretamente, no sentido da comunidade ser indenizada pela perda de uma extensa faixa de mata, densa em castanheiras, coqueiros e madeiras de lei, além de boa parte da maior roça que possuem atualmente. Para o grupo, enquanto caçadores e coletores que são, a perda é irreparável. Assim, o pagamento de uma indenização foi considerado, por ambas as partes, como o mínimo que poderia ser feito, uma vez que o desvio do traçado original era definitivamente inviável. Já depois de aberta a picada inicial, com 4 metros de largura, os elementos da ETOP juntamente com diversos membros da comunidade indígena percorreram o trecho e procederam à avaliação do patrimônio a ser indenizado, utilizando o método de amostragem; o laudo foi apresentado em Brasília em outubro último. Desde então, o grupo vem aguardando pronunciamento para que se efetue o contrato de indenização em nome da comunidade. Para a aplicação deste montante, eles vêm elaborando um projeto comunitário, com a assessoria do técnico indigenista, que fará encaminhá-lo em breve.

É desta forma que acreditamos que sobre determinadas questões, as soluções não deveriam escapar ao plano da própria comunidade, uma vez que é a ela que dizem respeito e também na medida em que os próprios atores estão conscientes da necessidade de uma participação efetiva neste processo, onde a emancipação se configura/ como sendo o próximo passo. É, sem dúvida, o caso dos índios Gavião de Mãe Maria.

Os estudos preliminares por nós efetuados a partir de janeiro de 1975 através do Convênio USP-FUNAI foram suficientes para viabilizar junto ao Departamento de Planejamento Comunitário, com o apoio do Sr. Presidente, a implantação do Projeto de Emergência para a Coordenação da Safra de Castanha de 1976 pelos índios Gavião / aprovado em 7/11/75. Consistiu numa primeira etapa de um trabalho / mais abrangente, o Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário Gavião-Surui, incluindo os setores de educação, saúde e incentivos à agropecuária, interligadamente, com especial destaque para os índios Surui, do PI Sororó.

A fase do Projeto de Emergência foi então apontada como/ sendo de transição, de reestruturação dos elementos que caracterizariam a forma peculiar do processo de integração destes grupos à sociedade nacional, tal como vem se dando. Quanto aos índios Gavião de Mãe Maria, todos os momentos do processo produtivo, inclusive a contabilidade da safra, foram geridos por eles, como os Srs. membros da Comissão de Auditoria que lá estiveram tiveram a oportunidade / de verneir.

A iniciativa lhes permitiu o conhecimento e manipulação/ de uma esfera que, embora tão próxima em termos concretos de trabalho, era dominada pelo esquema burocrático-administrativo da DR. / O processo de aprendizagem (educação) transcorrido neste período / remetia àquele do conhecimento da natureza dos mecanismos da sociedade envolvente, com a qual se defrontam através de um mercado, onde negociam a troca de bens. O novo status de produtores perante / esta sociedade regional permitiu que manipulassem aqueles elementos que lhes assegurariam uma reafirmação enquanto indivíduos capazes, respeitados e admirados por aquela enquanto índios, sobretudo. Ao passarem a contratar mão de obra regional para a coleta da castanha (o que, anteriormente, era realizado sob a égide da DR), legitimaram-se enquanto donos da terra e dos castanhais, bons patrões, etc.

Ao mesmo tempo, retomaram sua vida cerimonial- corridas de tora, jogos de flecha, cantos e o corte tradicional dos cabelos - num gesto de plena reafirmação de identidade étnico-cultural, que vinha sendo diluída, uma vez que foram colocados à beira de uma rodovia estadual. Sua rede de relações sociais foi, evidentemente, se estendendo para os núcleos populacionais das redondezas. Ao longo da estrada existe um consenso: "ali é a terra dos índios, dos 'brabos' e dos 'mansos' que a torna de certa forma inviolável, por serem conhecidos, temidos e respeitados, traços que se fortalecem à medida em que de fato dominam a área (expedições de caça, coleta e exploração da castanha). Em tempo de seca, a poeira da estrada já os leva a pensar na construção de uma nova aldeia, território adentro, afastando-os de curiosos.

Tentamos neste período equacionar a atuação dos técnicos da Universidade de São Paulo, que através de Convênio com GT-USP / (ligado à atual Fundação Projeto Rondon) e a FUNAI, realizariam um trabalho junto às populações indígenas da micro-região de Marabá.

Durante este período, os estagiários de Medicina procederam ao levantamento de saúde dos Gavião e Surui, elaborando fichas clínicas individuais e quadro de vacinação a fim de se obter um melhor controle deste setor. Após uma primeira etapa de "diagnóstico" o trabalho consistiria em orientação ^{sobre} medicina preventiva (colaborando com material audio-visual para educação sanitária, etc.) e atendimento aos casos necessários por ocasião de visitas programadas com intervalos de 15 dias. Os estagiários de Odontologia realizaram o cadastramento dos Gavião de Mãe Maria, observando-se que / além de periodontia, poderíamos desenvolver um trabalho com as crianças (fluoretização periódica, etc.), na tentativa de garantir-lhes boa dentição, suprimindo desvios advindos do contato, como novos hábitos alimentares, etc.

Por motivos de reorganização da atual Fundação Projeto / Rondon, a atuação dos estagiários de Agronomia e Veterinária foi interrompida, bem como posteriormente a dos de Medicina. Os responsáveis pelas áreas aqui mencionadas, além da de Antropologia, aguardam pela renovação do Convênio, para a qual é fundamental que se / considere determinadas condições de executá-lo, previstas em suas cláusulas. Todos estes aspectos deverão, a nosso ver, ser discutidos conjuntamente em breve.

Os resultados de uma primeira etapa do Plano tiveram um caráter muito mais amplo junto aos índios Gavião de Mãe Maria do

que o mero aspecto econômico-financeiro de uma safra de castanha / gerida pela comunidade. O pleno êxito foi devido, principalmente, a uma mudança de atitude levada a efeito, diante de condições pré-existent, totalmente favoráveis. A eliminação de qualquer traço paternalista no relacionamento para com a comunidade, deslocando no decorrer deste período o eixo da esfera de decisões da sede do Posto para as aldeias (com reuniões de conselho tribal, assessoradas pelo chefe de Posto') permitiu que os Parakategê (como se auto-denominam) assumissem de fato o controle de sua vida, com toda responsabilidade. A partir daí, a tutela, ou melhor, o grau em que ela é exercida é passível de ser reconsiderado, uma vez que juridicamente ela caminha para o seu fim, preenchidas as condições mencionadas no Estatuto do Índio.

É exatamente neste sentido que o Projeto de Emergência deve ser tomado como "piloto", ou seja, na medida em que a perspectiva adotada ^f aquela a partir da comunidade indígena envolvida. É apenas desta forma que o desenvolvimento comunitário (sócio-econômico-cultural) apresenta condições de se processar reduzindo o descompasso existente.

Sob a mesma abordagem, tomemos o caso dos SURUI, do Posto Indígena Sororó; os "resultados" do Projeto inicial já foram apontados em relatório, apresentado em julho p.p., em anexo ao Plano Integrado de DC Gavião-Surui, onde a ênfase recaía sobre a questão das terras.

A necessidade de resolução a curtíssimo prazo deste problema que os preocupa desde que ali se fixaram, fugindo de brancos, grandes fazendeiros da região, passou a ser recentemente alertada por responsáveis pelo Projeto de Conceição do Araguaia, do INCRA, que naquela área tem sede em S. Geraldo. Os projetos - fundiário e de colonização - serão em breve implantados ao longo da rodovia / que corta a área do PI Sororó, a OP-2 aberta em 1972. Atualmente ela tem 4 metros de largura e é intransitável, sobretudo em época de chuvas. Mas as máquinas já começaram a trabalhar e em breve será transformada em mais uma grande via de penetração, passando para a jurisdição do DER-PA, com 12 metros de leito e 40 de desmatamento, como a Transamazônica. Como ainda inexistente o traçado definitivo - pois uma vez alargada terá que desviar dos pequenos núcleos populacionais que ali se instalaram - é possível, através de entendimentos com aquele Departamento em Belém, que ao invés de cortar a área Surui, ela seja ligeiramente desviada para o seu limite leste, evitando que se destrua um castanhal e área de caça dos Surui

As indagações são feitas, atualmente (inclusive pelo pessoal do INCRA) em termos do "preparo" ou não dos Surui para "enfrentar uma situação totalmente diferente em pouquíssimo tempo". No entanto, as respostas a estas questões estão implícitas no próprio processo em curso, o de integração desta população numa região em que a posse da terra vem causando atritos.

Só a 23 de novembro último, deslocou-se para a área do PI Sororó uma equipe capacitada para proceder, definitivamente, ao reconhecimento de toda a área e estabelecer, pela primeira vez, uma mapa preciso da mesma, para efeito de ampliação e demarcação administrativa.

Dentre as muitas controvérsias desencadeadas no decorrer deste período, uma delas diz respeito à ida do Sr. Paulo Vieira, membro da Equipe FUNAI-RAM em julho p.p. ao PI Sororó, acompanhado / de elementos do INCRA a fim de demarcar a área conscrita no decreto de interdição temporária de 1969 e não de reconhecê-la em toda sua extensão, conforme constava no processo pertinente e que era do conhecimento da comunidade. Soubemos, posteriormente, que diversos elementos do grupo reagiram de forma agressiva àquela visita. O fato / é que se eles lá tivessem ido com o real objetivo da missão e com o nosso conhecimento prévio, (uma vez que visitávamos a área periodicamente) poderíamos ter colaborado nos trabalhos e uma série de desentendimentos poderiam ter sido evitados.

O antropólogo Antonio Pereira Neto, fundador daquele Posto Indígena e conhecedor da situação dos Surui apresentará em breve o relatório sobre a viagem ao PI Sororó, como membro da equipe que mencionamos acima.

Resolvida definitivamente esta questão, os Surui estarão motivados para procederem ao seu desenvolvimento comunitário, cujas condições prévias teriam sido estabelecidas, se não fosse a ausência de recursos financeiros do Plano Integrado (aprovados e dotados em setembro último, porém não repassados).

Num plano concreto, com incentivo e orientação, os Surui derrubaram novas roças neste ano. A falta de alimentação de base, / ferramentas e animais em condições de trabalho (o "financiamento" / a fundo perdido previsto pelo Plano!) fez com que quase todos os / homens adultos da comunidade empregassem sua força de trabalho como diaristas (Cr\$30,00/dia), para a coivara em fazendas próximas a São Raimundo (povoado que fica a 8 km da aldeia atual), a fim de poderem obter bens indispensáveis (até mesmo vacinas e medicamentos para / seus animais).

Sem dúvida, o incentivo às suas atividades econômicas (agricultura, pecuária e castanha) consiste numa orientação adequada às condições existentes. Da mesma forma, quanto aos setores de educação e saúde, conforme abordados no Plano. É importante destacarmos também que as áreas de "projeto" requerem um pessoal especialmente treinado para o trabalho (como o caso do chefe do PI Mãe Maria, que realizou curso na Ilha do Bananal, em 1975, patrocinado pelo Instituto Interamericano de Indigenismo, do México) que não se restringe às atividades burocrático-administrativas de um Posto Indígena. Estendem-se numa prática do trabalho junto às comunidades/propriadamente ditas, aos seus indivíduos, na medida em que nos colocamos sem qualquer presunção de caráter etnocêntrico.

A regularização do quadro de funcionários daquele PI é fundamental, na medida em que, por exemplo, o trabalho de um atendente de enfermagem competente é indispensável, sobretudo para a formação de treinamento de monitores indígenas de saúde. A sobrecarga das atividades do técnico-indigenista é contra-producente, como se pode observar pelo quadro de vacinação da população Surui, desatualizado e inspirando cuidados especiais, diante do acentuado crescimento demográfico daquele grupo, que conta atualmente com 76 pessoas.

O desenvolvimento comunitário dos Surui, que também têm aproximadamente 20 anos de contato é algo existente em potencial. Basta, mais uma vez, que com orientação correta, determinadas condições lhes sejam propiciadas, e não tolhidas.

Ao compararmos a situação dos dois grupos, observamos que além das diferenças culturais, existem outras, conjunturais. A "depauperização" dos Surui teve como sustentáculo, dentre outros fatores, a indefinição prolongada da questão das terras, aliada ao sistema de exploração econômica que lhes vem sendo imposto. Em parte, pelo próprio órgão tutelar e por outra, devido às próprias condições sócio-econômicas da região em que habitam. E quanto a este ponto, eles se identificam com a população regional de baixo nível de renda, mantendo com ela relações de amizade e compadrio.

Finalmente, as "previsões" feitas há cerca de um ano sobre a situação dos índios Gavião do PI Mãe Maria são hoje uma realidade concreta, insofismável e irreversível. A continuação dos trabalhos do "projeto" junto àquele grupo só pode se dar se for orientada no sentido desta emancipação, ou seja, da forma apresentada e discutida a partir da comunidade, das condições existentes e

ritmo normal destes ciclos produtivos foi marcante e fortalecedora para a comunidade. O processo de "integração" sob a forma particular que o grupo vem atravessando apresenta, em si, os elementos explicativos desta mudança em curso. Falávamos de uma etapa de transição, de rearranjo e é exatamente o que ocorre entre os Gavião de Mãe Maria. Os novos elementos são selecionados pelo próprio grupo, através de sua organização social, que opera como um filtro, de acordo com normas internas, culturais, específicas.

Quanto à continuidade dos trabalhos, a nível local, o Sr. Saulo Petean, técnico indigenista e atual chefe do PI Mãe Maria tem condições indispensáveis para ser o "assessor da comunidade", uma vez que é conhecedor da situação particular dos índios Gavião. Quanto aos setores de educação e saúde, interligadamente, a Sra. Edileuza Rodrigues Ferreira, "auxiliar de ensino" daquele PI apresentará em breve um relatório pormenorizado sobre o atual desenvolvimento destas atividades junto ao grupo.

A nível regional, as informações distorcidas sobre a "nova" situação do Mãe Maria geraram desentendimentos. As controvérsias surgiram, a nosso ver, devido fundamentalmente ao despreparo daquela unidade para lidar com o "projeto", demonstrado logo no início com o extremo atraso na liberação de recursos. Determinados fatores, ao invés de serem apurados e supridos no decorrer deste período foram meramente absorvidos e desenvolvidos por uma chamada abordagem "funcional". Na medida em que as críticas levantadas não se justificavam num plano profissional, ao trabalho, as argumentações foram levadas, inclusive e lamentavelmente, a um nível pessoal de culpa envolvendo a Coordenadora de atuação do plano de atuação.


Uma vez que parece inadmissível por parte do órgão tutelar conhecer e acompanhar as situações específicas

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

de cada sociedade indígena, ao nível em que o são pelos antropólogos, cientistas sociais, percebidas conjuntamente com a relação de intercâmbio destes grupos com a sociedade regional envolvente e reconhecê-las enquanto um processo, a inadequação de "modelos" prontos de desenvolvimento sócio-econômico persistirá.

Convém esclarecermos aqui / qualquer argumento no sentido de que o afastamento do "Mãe Maria" do Projeto Castanha, elaborado e executado pela DR de Belém tenha implicado num possível "fracasso" da atividade junto aos demais grupos "produtores". O substrato de uma cooperativa indígena de castanha já existe há muito e pode vir a ser uma realidade, se os grupos forem devidamente considerados.

Na verdade, é o tratamento paternalista de sua bordinação dado à questão que leva as comunidades envolvidas / a um distanciamento cada vez maior do acesso ao conhecimento / dos mecanismos da sociedade nacional, ~~de~~ os quais, mais cedo ou mais tarde, eles terão que enfrentar. Trata-se, no momento, poderíamos dizer, de um retardamento no processo de "integração". Se este ponto fundamental não for revisto, em termos da especificidade cultural de cada comunidade envolvida, estará entravado o processo dinâmico em curso, considerado de uma perspectiva histórica para as sociedades indígenas brasileiras.


IARA FERRAZ
Antropóloga